



**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

PINTO, Paulo Brossard de Souza. Paulo Brossard de Souza Pinto (depoimento, 2013). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (4h 1min).

**Paulo Brossard de Souza Pinto
(depoimento, 2013)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Fernando de Castro Fontainha;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Izabel Saenger Nuñez; Thiago Filippo;

Técnico de gravação: Ítalo Rocha Viana;

Local: Porto Alegre - RS - Brasil;

Data: 14/06/2013 a 14/06/2013

Duração: 4h 1min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 5; MiniDV: 5;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Supremo por seus ministros: a história oral do STF nos 25 anos da Constituição (1988-2013)”, desenvolvido a partir de uma parceria entre a Escola Direito Rio e o CPDOC/FGV, com financiamento da Fundação Getúlio Vargas, entre abril de 2012 e março de 2014. O projeto tem como objetivos a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e servirá como fonte para a publicação de um livro.

Temas: Academia Brasileira de Letras; Advocacia; Alemanha; Assis Brasil; Bahia; Brasil; Brasília; Câmara dos Deputados; Carreira jurídica; Chico Buarque de Hollanda; Direito; Direito civil; Direito constitucional; Ensino superior; Família; Fernando Collor de Mello; Formação escolar; Governo Fernando Collor (1990-1992); Governo José Sarney (1985-1989); Impeachment; Impeachment de Collor; Infância; José Maria Alkmin; José Sarney; Magistério; Movimento Democrático Brasileiro; Museus; Partido Libertador (1945-1965); Paulo Brossard; Poder executivo; Poder judiciário; Poder legislativo; Política; Pontifícia Universidade Católica; Redemocratização de 1945; Revolução de 1930; Supremo Tribunal Federal;

Sumário

Entrevista: 14.06.2013 Cabeçalho; apresentação e origens familiares; vinda do pai ao Brasil; morte do pai; convite à Alemanha e visita à Casa Augusto de Freitas (Hamburgo) em memória ao pai; infância; colégio e posterior reencontro com antigos colegas; lembranças da Revolução de 1930; visita de Assis Brasil; ida à Porto Alegre; o pré-universitário jurídico, inclinação ao direito, ingresso na faculdade; engajamento na campanha de redemocratização (1945); viagens pela AICADE (Bahia e Buenos Aires); expansão de suas relações pessoais; conciliação da política com a advocacia; faculdade: estrutura do curso, grandes mestres e recordações; ingresso no Partido Libertador, sublegenda no MDB (Movimento Democrático Brasileiro); eleição para a Câmara dos Deputados; apoio de Érico Veríssimo e Chico Buarque; necessidade de exercer a advocacia concomitantemente à atividade política; docência; início como assistente gratuito; realização de concurso para a cátedra – Direito Constitucional; convite para lecionar Civil (PUC – Pontifícia Universidade Católica); suspensão da atividade do magistério; recurso - mandado de segurança para garantia do direito de lecionar – denegado; nova abertura de concurso 86/87 (não participação, já estava convidado para o STF); impeachment; o caso Collor; lembranças do tempo de docente; pretensão de escrever um livro sobre Direito Constitucional; publicações sobre Impeachment nos EUA; o caso Collor; argumentos para seu posicionamento; ida à Brasília; como Paulo Brossard conheceu Sarney; ida à posse de Sarney na Academia Brasileira de Letras; passagem pelo executivo e legislativo antes de se chegar ao judiciário; convite de Sarney para assumir o Supremo Tribunal; sabatina; primeira sessão no STF; atendimento aos pedidos de preferência; organização de seu gabinete; súmulas vinculantes; suplência e desvio de poder; visão do STF atualmente; José Maria Alkmin; mudança de opinião em voto para manter a fidelidade a si mesmo.

Entrevista: 14.06.2013

Fernando Fontainha - 14 de junho de 2013, esse é o projeto “O Supremo por seus ministros, a história oral do STF nos 25 anos da Constituição”. Nós estamos em Porto Alegre, no escritório do ministro Paulo Brossard, essa entrevista com ele mesmo, então presente o ministro, presente eu mesmo, professor Fernando Fontainha da FGV Direito Rio, presente a profa. Ângela Moreira do CPDOC, presente a Izabel Sanger Nuñez, assistente de pesquisa da FGV Direito Rio, presente Ítalo Viana, analista de documentação do CPDOC. Ministro, nós gostaríamos de começar nossa entrevista pedindo para o senhor dizer seu nome completo, local e data de nascimento, nome dos seus pais.

Paulo Brossard - Paulo Brossard de Souza Pinto, nascido em Bagé, Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai a 23 de outubro de 1924, filho de Francisco de Souza Pinto, português, e de Alila Brossard de Souza Pinto, brasileira, bajeense. O meu pai veio para o Brasil no fim do século XIX, com 13 anos de idade, sem parentes, sem amigos, sem conhecidos, veio só. Passou pelo Rio, não gostou, febre amarela, passou por Santos, não gostou, febre, depois foi até o Rio Grande. Ali terminava a passagem, ali ele desembarcou. Ficou pouco tempo na cidade do Rio Grande, depois ele me disse que não gostava de cidade marítima e eu desconfio, nunca me disse e nem eu perguntei, mas eu desconfio que é na cidade têm os vapores que apitam não é? Quando chegam, quando saem etc e tal, quando se movimentam, e o apito deve acordar saudades. Ninguém resiste a um apito na beira do mar assim, eu acho que por isso que dali ele se mudou para Pelotas e depois viveu toda sua vida praticamente em Bagé, onde faleceu. Meu pai, como você pode imaginar, as condições em que chegou, Portugal daquele tempo, veio de uma aldeia, um distrito, uma aldeia, Passos de Gaiolo. Eu estive lá, um século depois era isso aqui [faz pequeno círculo com as mãos em frente ao corpo]. De modo que pode imaginar que era com conhecimentos mais rudimentares de uma pessoa do interior português daquele tempo. Trabalhou aqui, organizou família, tudo mais, morreu moço, um problema do coração etc, sempre tinha gozado excelente saúde, morreu moço. Acho que se não disse tudo, disse o essencial a respeito da primeira questão.

F.F. - Sem dúvida ministro. Então, como era o contexto, ministro, da casa que o senhor cresceu, como foi sua infância, o colégio que o senhor estudou?

P.B. - Bom, quando eu nasci em 1924, meu pai já era comerciante em Bagé, já era estabelecido. Desde 1914, ele tinha trabalhado, sempre dizia que tinha trabalhado 16 anos como empregado,

quando se estabeleceu. Tinha junto, parece, não me lembro exatamente, meu irmão sabe disso, ele tinha amealhado lá quatro contos de réis, uma coisa assim, e com isso se estabeleceu, e fez fortuna, trabalhou muito. E agora então eu vou abrir um apêndice aí, esse eu acho muito significativo e muito honroso. Em 63 eu recebi um convite do governo alemão para visitar a Alemanha, e lá, os alemães recebem a gente de uma forma fidalga, e houve um almoço num restaurante antigo na beira do Reno, e a pessoa que presidia o almoço era um senhor já mais idoso, maduro, e que falava um português muito correto, *muito bem pronunciado, e muito bem... coisa que não é comum*. Então eu prestei minha admiração pelo seu português, ele disse: “não, é que trabalhei muito, quer dizer, viajei muito, muitas vezes a Portugal, eu fui ao Brasil também, RS, meu pai era comerciante, era exportador, e com a crise depois da guerra eu comecei a trabalhar, nesse ramo, viajar, como caixeiro viajante e sempre estive no RS, em Pelotas, em Bagé...”, era viação férrea, não é? E eu perguntei depois a ele o seguinte: “o senhor se lembra da cidade...”, “me lembro, uma cidade assim...”, disse umas coisas pitorescas, e depois disse: “de ruas largas, tal, me lembro sim”, “e o senhor se lembra por acaso de uma pessoa que era ferragista, na rua principal, e que era surdo...”, fiz assim com o braço, e ele na hora: “me lembro.” Eu fiz a pergunta porque ferragista e surdo, no estado era o único, ainda fiz esse gesto assim [eleva a mão direita atrás do ouvido direito] que era muito do meu pai. Então já vou perguntar: “ainda existe a Casa Augusto de Freitas sucessores – que existia em Hamburgo?”, ele: “existe, exportador... O senhor gostaria de visitar?”. Quando cheguei em Hamburgo, foi já no fim da viagem, deu dez, onze dias, tinha lá um dia inteiro para a Casa Augusto de Freitas. Eu digo, não, então eu expliquei: “eu gostaria apenas de fazer uma visita, se meu pai fosse vivo, gostaria que eu visitasse, quinze minutos...” Estava lá o titular da firma, senhor Zigler, muito atencioso etc e tal, se via que ele tinha mexido lá nos papéis, imagine, durante vinte anos importado muito e sempre, acho que fundamentalmente através dessa casa, que era casa de portugueses que fundaram século XIX, fundada em 1834. Sempre quando vinha correspondência, os envelopes com papel timbrado, eu ficava pensando, puxa, antes da Revolução Farroupilha começar essa casa já foi fundada. Mas porque estou dizendo isso? Porque no último dia, ele quis me oferecer um teatro, e o programa estava cheio, não tinha nada, nada, então um almoço, jantar... Até que a moça que nos acompanhava, que por sinal era uma alemãzinha que falava um português também *muito bom*, portuguesa, tinha aprendido o alemão na Alemanha, mas que era portuguesa e a pronúncia portuguesa perfeita, ao contrário do nosso que geralmente arranha... Pois muito bem, e ela então disse: “tem o almoço do último

dia, quando termina”, então viemos para o almoço na casa do burgo da prefeitura, e lá fomos. E ele depois do almoço perguntou se eu não precisava de alguma coisa etc e tal, depois perguntou se eu não precisava de dinheiro, eu: “eu agradeço... acabei de chegar e praticamente não gastei nada porque tudo, todos os programas são pagos, sou convidado sempre, praticamente não gastei nada, agradeço muito etc”. E aí ele me disse uma coisa: “nós trabalhamos com seu pai durante vinte anos e nunca houve um motivo de reclamação de parte a parte”, ele tinha naturalmente folhado as coisas dele lá, nunca houve... “e seu pai tinha crédito ilimitado na Casa Augusto de Freitas, e o senhor também tem, de modo que o senhor se o senhor precisar de alguma coisa agora ou no Brasil, onde estiver, pode saber que tem um crédito ilimitado.”

F.F. - Linda história.

P.B - Indo além, o que eu posso te dizer? Acho que sobre... Estudei em colégio das freiras, Colégio do Espírito Santo, onde a minha mãe tinha estudado, tinha sido aluna interna inclusive, e depois no ginásio de Bagé que é o Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora de Salesianos, e ali terminei o primário, depois tirei o ginásio, me formei em 1940. Dali vim para Porto Alegre, onde... mas vamos primeiro parar aqui, quer dizer, a minha formação foi lá em Bagé e nesses dois colégios. Naquele tempo... Hoje, estudo, todo lugarzinho tem ginásio, e se facilita tem faculdade, e se facilita têm faculdades, e se facilita tem universidades, mas naquele tempo, não. Tanto que havia cidades como Uruguaiana, como Santana [do Livramento], como Bagé, como Pelotas, como Santa Maria e seguramente como Passo Fundo que tinham ginásio. Então esses ginásios atraíam os moradores dos municípios vizinhos. Lá em Bagé, por exemplo, de Uruguaiana evidentemente não tinha ninguém, mas de Alegrete tinha, e Dom Pedrito, Lavras [do Sul], Caçapava, tinha até um de Santa Maria, por sinal brilhante estudante, Lôndero, depois vim a saber que era primo irmão do Roberto Pasqualini, mas uma circunstância especial que ele foi estudar em Bagé, Pinheiro Machado, enfim, era centro, e assim nas outras cidades também, no centro, dos vizinhos. Conheci muitas pessoas que depois fui encontrando ao longo da vida que tinham estudado lá naquela ocasião, alguns companheiros de aula, colegas de aula, e outros até mais adiantados etc.

F.F. - O senhor lembraria dos nomes desses colegas?

P.B. – Ora, são tantos, meu Deus do céu.

Izabel Nuñez - Desses que o senhor veio a encontrar depois?

P.B. - O Lôndero, o Lôndero, medicina, era professor de na Faculdade de Santa Maria, era um cientista e têm infinitudes das suas pesquisas, de revelações. Anos passados, eu tinha ido a São Gerônimo a serviço profissional. São Gerônimo é uma cidade pequena aqui próxima a Porto Alegre, e precisava de uma certidão e tinha que requerer lá na prefeitura. E fui lá, a porta estava aberta, mas não havia funcionários, estavam todos... a repartição estava fechada, embora as portas da prefeitura aberta. Eu entrei ali e tinha uma pessoa sentada num banco, com o pé assim inclusive, me lembro muito bem, eu olhei, “mas eu conheço esse aí”, e fiz uma pergunta, a que horas abria. “Não, não, dali a pouco...”, então eu disse a ele: “o senhor não estudou em Bagé e terminou o ginásio em 1934?”, “estudei, 1934? É estudei em 1934.” Havia um quadro onde estava os formandos daquele ano, e eu todo dia subia a escada para ir para a minha aula e olhava, sabia a data. Depois eu disse a ele: “eu não me lembro do seu nome, mas me lembro do apelido” [riso], e ele: “Inhato, não é?”, “é”. Ele tinha uma cara... Inhato é... Olinto Flores, alguma coisa assim. Eu achei muita graça disso, quando eu disse assim: “do nome não me lembro, mas me lembro...” não disse qual era, ele disse: “Inhato”. Esse mesmo. [riso]. Quem é mais que eu encontrei assim? Poxa, agora me apertei, parece mentira. Não se perde muito por isto.

Angela Moreira - Ministro, o senhor era muito novo na época da Revolução de 30. Mas o senhor se recorda da influência dos acontecimentos políticos na sua vida cotidiana lá em Bagé?

P.B. - Me lembro dela. Me lembro de 1930 e 1932. Me lembro de 30 porque foi um movimento aqui no meio, e mais, ao lado da nossa casa lá em Bagé moravam uma família e o filho, eles tinham um filho homem e esse embarcou, em 30, me lembro muito bem. A senhora chorou na despedida, e ele contente da vida, fardado já de revoltoso, e foi, voltou incólume, não sofreu nenhum ferimento etc, mas me lembro muito disto. Mas eu tinha então o que, eu tinha seis anos, sou de 24, isso foi em 30, eu sou de outubro, a revolução foi de outubro, assim que me lembro disso, por aí. Me lembro de 32 também, porque? Porque em 32, no mês de julho, junho, maio, julho, é, em julho, foi em julho, havia uma cerimônia religiosa lá na igreja, e a minha mãe ia habitualmente e eu ia com ela, e quando terminou a cerimônia lá, o meu pai assim, ou porque que era surdo, não frequentava a igreja, e meu pai estava na porta. E eu digo: “ué, que foi que houve? Porquê?”, e tinha estourado a Revolução de São Paulo, 9 de julho de 32. De modo que me lembro *nitidamente* disso, me lembro *porquê* que me lembro, e assim me lembro de 32 também. E depois eu me recordo, meu pai tinha um rádio, poucas pessoas que tinham rádio, daqueles rádios, as descargas eram horrorosas e doía nos ouvidos da gente. Então

algumas pessoas se reuniam lá em casa, até no porão da casa que tinha entrada independente para ouvir as notícias. Depois... [pausa pensando] falar em 30 e 32, conheci o Assis Brasil, Joaquim Francisco de Assis Brasil. Como e em que circunstâncias e porque guardei essa visita? Uma porque eu falei que meu pai tinha uma ferragem do lado da nossa casa, eu era guri, pé no chão, saía dali no verão, tinha uma porta interna que ligava a casa à ferragem e cheguei, entrei como de costume, lá na... e vi meu pai, que por ser surdo, ele dificilmente atendia algum cliente, salvo quando eram amigos, pessoas conhecidas. Eu vi que ele estava atendendo uma pessoa e uma pessoa de cabelo branco, *bem branco*, eu fiquei meio assim, parece que ele queria uns parafusos, jogou uma caixa de, ia jogando as compras daquele cliente, que era para mandar depois. Eu olhava, achava, olhava... Depois meu pai convidou para ver as uvas, ele tinha umas parreiras maravilhosas, por sinal, numa, numa... num pátio assim, e outro de figo e uva também, figo, na casa da família. E o papai mostrou as uvas, falou nas uvas etc, prometeu que lhe mandaria uma muda, e aquele, o velho prometeu uma muda também, que mandou, e depois passamos para onde tinha uma figueira de figos, aquele pingo de mel, branco, pingo de mel, uma maravilha, uma figueira grande, e era verão, os figos *estavam perfeitos*, madurinhos, e o meu pai ainda selecionava algum mais, tirava e oferecia a ele; eu, mais desconfiado ia ficando, “quem é?” E ele se dirige a mim e pediu um copo d’água, eu saí correndo, a minha mãe vivia ainda, e cheguei lá dizendo: “tem aí um homem, me pediu um copo d’água, está lá com papai.” “Quem é?” “Não sei, eu acho que é importante por que...” Então tinha uma base, com dois copos de cristal, desci, entreguei a ele, pegou o copo, tomou etc e tal e depois se dirigiu a mim e disse: “eu lhe retribuirei este copo d’água quando for a minha granja de Pedras Altas”. Olha, eu era um guri de seis anos, sete anos, tinha seis anos, sete anos, e o tratamento, os dizeres, a maneira de tal, “mas quem é esse velho?”, mais curioso ainda fiquei. Terminou. O papai o levou até a porta da ferragem, mal ele tinha dado o primeiro passo, eu puxei meu pai assim pela calça e perguntei: “quem é?”, como ele surdo, falava, ele me entendia bem, perguntei assim “quem é?” e ele disse: “Assis Brasil”. Assis Brasil era então um nome muito popular. Nunca esqueci, isso reproduzo assim como se fosse hoje. Fecha o parêntese. Que mais aí nessa?

F.F. - Estou só um pouco curioso com a sua ida para Porto Alegre, ministro.

P.B. - Bom, eu terminei o ginásio em 40, e como toda pessoa nessa altura da vida está hesitante, qual é a carreira etc e tal, e aí o meu irmão, que era três anos mais velho do que eu, já estava em Porto Alegre, naquele tempo era o pré, não sei se... está lembrado disso?

I.N. - O que era o pré, ministro?

P.B. - Era o pré-universitário, colégio pré-universitário, curso pré-universitário, por quê? Na reforma Capanema... Depois me lembre que eu vou contar uma história do Capanema. Eu fiz cinco anos de ginásio, mas o ginásio foi reduzido para quatro, mas em compensação foram criados dois anos, dois anos de pré-universitário. Eram três prés, era o pré-jurídico, o pré-técnico: engenharia... e o pré-médico: ciências da biologia, etc e tal. Já preparação, preparando para as futuras carreiras, e com elenco de matérias também já... pré-jurídico tinha filosofia, tinha latim, tinha história da literatura, da sociologia, tinha também higiene, geografia humana, higiene. Tive excelentes professores de higiene, ainda hoje me lembro de coisas da higiene [risos]. E o técnico tinha especialmente matemática, física, química; medicina: biologia, botânica, história natural etc. enfim já indicando... E ao mesmo tempo, muitas pessoas também mudavam nessa fase preparatória, mudavam até de opção profissional porque começaram a ver coisas um pouco diferentes ali. Bom, terminei o ginásio e com alguma hesitação, meu pai perguntou o que eu ia estudar etc e tal, falei: “direito, tal”, e ele disse: “acho que deve estudar direito”. Está bom. Eu já estava inclinado, já estava mais ou menos, e com aquela palavra então fiquei tranquilo eu fiz lá o pré, então. O ginásio tinha um bom nome, mas, casualmente, por uma dessas coisas, eu terminei o ginásio num período que tinham desaparecido velhos professores, padres, alguns substitutos ainda que não estavam bem a altura, eu lamento que eu tenha cursado exatamente naquele momento, porque algumas coisas que eu nunca aprendi, debito a esse fato. O resto não sou muito ligado. Os meus netos que moram em Bagé, estão estudando lá, um deles agora já está aqui, já entrou na faculdade este ano, mas o pré foi uma situação muito diferente daquele regime do ginásio, porque embora não fosse ainda o regime universitário, mas tinha uma liberdade que no ginásio não havia, tudo mais etc e tal. Eu tirei os dois anos bem, fiz o vestibular no ano 43, fui aprovado, e aí então comecei já na faculdade, aí sim me senti mais no meu curso.

F.F. - Ministro, o senhor se lembra de porque já estava inclinado ao direito?

P.B. - Talvez por influência de um professor do ginásio que... alguma coisa. Na minha família não tinha precedentes. Na minha família o primeiro advogado fui eu. Antes de mim um tio estudou agronomia, advogado fui o primeiro. E à medida que ia entrando no curso ia mais me... mais gostando e mais satisfeito com a decisão que tinha tomado, terminado o curso, bom, aí um fato novo que houve, em 45, com o começo da redemocratização, eu entrei de corpo e alma na campanha da redemocratização, e isso me permitiu, me impôs um alargamento de relações que a minha vida de estudante colégio, eu morava numa pensão, era colégio, faculdade e casa.

Não tinha família aqui, não tinha... ficava estudando sempre que possível, e tinha um círculo muito fechado, quer dizer, muito *limitado*. Com a campanha política isso me permitiu entrar em contato realmente com outros estudantes de outras escolas contemporâneas e com outras pessoas, inclusive graduadas de atividade pública, e antigos parlamentares, professores universitários etc. Portanto, assim que quando eu terminei o curso, isso foi em 45, quando eu estava no terceiro ano, quando eu terminei o curso eu fiquei em Porto Alegre, não por decisão minha, é que eu já estava em Porto Alegre, já estava enraizado. Quando eu cheguei aqui, eu só pensava em voltar. Quando chegou a hora de partir, eu já estava, sem saber. Mas quando fui diplomado, tal, as pessoas que eu conhecia eram meus eventuais concorrentes. Também com alguma notoriedade que fui adquirindo durante esse período, a partir de 45, me permitiu também uma facilidade, vamos dizer assim, em me tornar conhecido, e comecei advogar e começou acontecer coisas miúdas etc, tal, mas fiquei muito impressionado quando em julho surgiu uma oportunidade de uma viagem à Bahia por uma entidade da faculdade chamada AICADE – Associação Cultural dos Acadêmicos de Direito, etc e tal, que pela primeira vez... Minto, um ano antes, em 46, ainda por intermédio da Aicade tinha ido a Buenos Aires, aí essa foi a primeira vez que um aluno da faculdade tinha saído em viagem ao exterior. E o diretor da faculdade, quando nós fomos comunicar, ele disse: “pelo regimento interno, a viagem externa, para o exterior, só acompanhado de um professor. Vocês me trazem esse problema agora, porque normalmente o diretor é que deve acompanhar porque é uma representação da faculdade, eu não posso viajar agora por razões pessoais, mas eu conheço vocês, tenho confiança em vocês, de modo que oficialmente eu estou acompanhando, e sei que vocês não vão decepcionar nem a faculdade, nem a mim, assim que eu sou chefe sem sair daqui?”. Naquele tempo Buenos Aires ainda era Buenos Aires, aliás, *custou anos* para deixar de ser, até que conseguiram fazer isso lá. Mas Buenos Aires era um encanto realmente a cidade. Eu estive lá depois, quando casei, em 50, a diferença... Basta dizer que as casas não tinham luzes, as lojas, os mostruários, as vitrines, a luz era particular, quando tinha era um fecho de luz. Mas então, primeiro foi em Buenos Aires, depois nessa da AICADE. Eu sempre gostei de conhecer... Naquele tempo o Brasil se recompunha de duas metades, uma que terminava no Rio-São Paulo e outra aqui que ia do Sul e terminava no Rio. Ali para... não se passar. E era interessante, fazia contatos. Então eu fui nessas condições, e lá na Bahia, Salvador e Pernambuco, mas eu conheci não só estudantes, mas também professores, se tornaram amigos meus, Josafá Marinho, eu conheci lá, ele era deputado estadual, muito moço, e ficamos amigos daquele tempo, até a morte

dele fomos grandes amigos. Nelson Sampaio que depois faleceu mais cedo, também professor, tive grandes relações com ele. E Jaime Baleeiro que era o presidente do instituto, outro advogado, depois ministro do Tribunal de Recursos, dessa viagem. E assim, Baleeiro não conheci nessa... não foi nessa ocasião, depois fiquei amigo do Baleeiro também. Vários. Aluisio Carvalho, foi diretor da faculdade, professor, grande orador, grande professor, professor de Direito Penal, e assim, nessas duas viagens que eu fiz. Uma já depois de formado, mas em verdades eu estava como estudante lá dentro, tanto que a associação era de estudantes que durante dois anos após a formatura ainda tinham direito de participar da vida na AICADE. De modo que essas duas viagens também me fizeram conhecer, foi aí que eu conheci o Rio de Janeiro, parando no Rio, para depois seguir para a Bahia, já conhecia algumas pessoas ali, o Luiz Viana Filho, conheci quase que por acaso, porque fui a Câmara e ele estava ali, eu já o conhecia pelos livros. E pessoas, o deputado Raul Pilla, aquele retrato ali, que era deputado desde a Constituinte de 46, e [silêncio] Gilberto Freire, Pernambuco, depois no Rio, e assim [silêncio]. O exercício da atividade partidária me absorveu parte do tempo, ao longo na vida, mas eu não posso me queixar porque também ela me ensinou, me tornando conhecido etc, que isso facilitou também como advogado, ao longo do tempo muita gente já me conhecia, já conhecia de nome e tal.

[interrupção]

P.B. - Mas como está indo a conversa?

A.M. - Excelente.

P.B. - Mas eu estou conversando demais, coisas assim...

F.F. - Para nós é riquíssimo.

A.M. - Está ótimo.

P.B. - Mas aí quando chegou o mês de julho, eu digo: “isso eu não posso perder, porque não terei outra oportunidade de ir à Bahia”, alias nem não era Bahia, era Recife. É que na volta nós paramos na Bahia, interrompemos a viagem para passarmos uns dias...

[Interrupção]

F.F. - Então, ministro, o senhor falava sobre a dificuldade e ao mesmo tempo facilidade de conciliar política com advocacia logo depois que o senhor se formou.

P.B. - É, muita gente diz não quero entrar na política... Eu exerci, até entrar no Supremo Tribunal, eu exerci atividade partidária, e não tenho queixa por isso. Curiosamente eu vim a ser advogado de pessoas que eram notoriamente meus adversários, notoriamente. Uma das

vezes até que eu fui... interessante. Era oficial de um cartório lá de Itaqui, ele tinha um cartório no Rio de Janeiro. Eu digo: “o que é isso, um cartório no Rio e Itaqui, saiu daqui?”. Bom, mas depois eu soube, até por um desembargador que tinha sido juiz lá em Itaqui, que ele era da ligação do Getúlio, tal, relações assim muito pessoais, e que aquele cartório, ele que me disse... e daí eu estranhei porque tinha sido. Mas o mais interessante é que ele me procurou para seu advogado, recomendado por quem? Pelo Pontes de Miranda, pelo Pontes, com quem aliás eu tinha relações muito cerimoniosas e etc, quando eu soube, mas que isso! E ele que era figura... adversário meu, mas me procurou, tudo mais... mais de uma vez aconteceu isto.

A.M. - Ministro, o senhor pode falar um pouco mais sobre a sua faculdade, como estava estruturado o curso, quais as disciplinas, quem foram seus grandes mestres, as obras que o senhor se recorda como sendo importantes?

P.B. - Olhe, olhe, a faculdade, eu peguei grandes professores na faculdade. No primeiro ano eram quatro cadeiras: Introdução a Ciência do Direito, Teoria Geral do Estado, Direito Romano e Economia Política. Com exceção do da Economia Política que era um homem ilustrado, mas ficou muito tempo afastado, tinha estudado na França no tempo da Grande Guerra, 1914, 1918, tinha sido aluno do Gide e tudo mais, mas depois a atividade dele foi em outro rumo, então não tinha aquela naturalidade didática. O Direito Romano o professor era um sábio em matéria de Direito Romano, nós é que não... nós chegávamos aí em Direito Romano, em latim, tal, mas as outras, Introdução e Teoria eram dois professores que até hoje me lembro deles com saudades. No segundo ano, também o Schneider, que era da Ciência das Finanças e o Salgado Martins que era Direito Penal, dois professores que... o Schneider então era um príncipe na palavra, frase elegante, os outros dois eram mais ou menos, assim. Terceiro ano em Direito Civil um professor muito bom, Direito Penal continuava o Salgado, Direito Comercial, fez concurso a cátedra depois quando era meu professor e eu acompanhei portanto o professor, muito minucioso, e assim por diante. E Direito Processual Civil, Bonumá que era o único professor... não havia intimidade professor e aluno, mas havia boas relações. E o único professor que tinha uma certa distância era o professor Bonumá, professor de Processo Civil. Pois bem, naquele tempo a frequência não era obrigatória e o número de pessoas que frequentavam as aulas era pequeno. Eu sempre frequentei. E ele dava as aulas no salão nobre, mas era só que lá no fundo do salão nobre tinha uma mesa grande, que era a mesa até das reuniões da congregação. Eu sempre sentava, ele sentava... Sentei pela primeira vez ao lado dele e depois continuei sentando. E ele foi se afeiçoando de tal maneira com a nossa turma, e comigo em especial, que aconteceu

uma coisa que... Quem conheceu o professor Bonumá é que pode valorizar, quem não conheceu vai achar uma banalidade, não é? É que uma vez, interromper a aula com um aluno que chega atrasado, abre porta, fecha porta, é chato, chateia, uma vez, duas vezes, três vezes. Uma vez eu me atrasei, acidentalmente, um bonde, um problema qualquer, mas quando eu entrei, eu não ouvi voz de ninguém e estava todo mundo calado e o professor Bonumá assim [cruza as duas mãos, sobre a mesa, em frente ao corpo]. Eu digo assim: “ih...” E a minha cadeira ao lado dele vaga. Fiz a volta, cheguei, e disse: “bom dia, professor”, e ele não respondeu. Ele disse: “esta aula é dedicada a ti Brossard”, e aí eu entendi porque todo mundo virou quando eu entrei. Porque ele chegou e disse: “o Brossard não chegou? Esta aula é dedicada ao Brossard, eu vou esperar.” Para fazer uma piada, ele chegou esse banderê até de uma forma carinhosa, ele que parecia que estava sempre encadernado. Eu disse: “uma grande honra, mas não posso imaginar”. Aí ele disse: “hoje nós vamos estudar a *oposição processual*”, até esta piada ele fez. Vocês vejam como havia um afeto real. Eu disse: “não é possível!” Qualquer outro professor que dissesse aquilo... Tinha havido uma sessão no Teatro São Pedro, eu tinha feito um discurso, tal... Ele era fraternal, amigo do governador que era o Valter Jobim; resposta ele não deu para mim, ele deu para todos. “Hoje vamos estudar a *oposição processual*”. [riso]. São essas pequenas coisas, mas o Bonumá, professor de uma dedicação... Quando nós estávamos terminando o ano, um ano depois, ele publicou um livro em três volumes, livro muito, muito bem escrito. Não saiu uma nova edição porque ele morreu, se aposentou pouco depois por doença cardíaca. Uma vez que eu fui visita-lo, que ele me disse, estava de capa no inverno: “Brossard agora não posso me emocionar, e eu quando eu me aposentasse fazia votos, fazia propósitos de ler livros, literatura, livros que eu li há muito tempo, gostaria de reler e tal, mas agora não posso me emocionar, o médico... Então agora só leio Direito Romano.” Eu contava isso lá pro Moreira Alves... “Olha, o Bonumá, o castigo dele era ler Direito Romano” [riso]. Bom, depois no quinto ano eu tive grandes professores: Simch Júnior, Armando Câmara, outra vez, porque tinha restabelecido a cadeira de Filosofia do Direito, ele que tinha me lecionado Introdução a Ciência do Direito, no primeiro ano, foi lecionar Filosofia do Direito no quinto ano. Simch Junior, Processo Penal, o Câmara, Filosofia do Direito, o Cirne Lima, Direito Administrativo. Simch, já falei, Câmara, e o três mais o... Esses três professores, principalmente, eram excepcionais. Um diferente do outro, muito diferentes, muito diferentes, mas eram realmente... O Câmara era uma festa intelectual aquilo e com uma particularidade, ele tinha uma formação literária de primeira ordem e a frase dele era um encanto. Interessante

porque ele era muito católico e tal, maior engano era esse. O Léo aqui falou daquele advogado, o Schenkel, de Uruguaina, que era comunista, foi cassado e tudo mais, pois bem, ele foi fazer um exame, na introdução, primeiro ano, ele na flor dos seus 18 anos, 19 ou 20 anos e com toda paixão, declarou ao Câmara que ele assumia outra filosofia tudo mais etc e tal, que não acompanhava o pensamento da casa, o Câmara deu oito. Isto me é contado pelo Schenkel; escrevi no artigo relatando esse fato, o Schenkel está vivo até hoje, e ouvi dele, pedi autorização dele, ele disse: “isso pode dizer” e ele deu oito, e eu escrevi no artigo, na minha interpretação, ele tinha dividido aquele oito em duas partes. Um era pela exposição feita, e a outra é pela valentia, pela bravura daquele uruguaianense, que apreciava não só as pessoas que tinham posição etc. E depois vi numa outra... procurei lá, oito e nove notas que o Câmara deu ao comuna. Pra ver como, pra mostrar... Bom, era o Câmara. Realmente as aulas dele eram... até por timidez, mas tinha vontade de *bater palmas* no fim das aulas. Coisa que na França, na Sorbonne eu vi, no final a assistência, também era uma tropa, parecia um comício, duas mil pessoas, uns salões imensos. O Cirne Lima era diferente porque ele era... tinha um timbre de voz meio sem flutuação, sem vibração. Agora, era um *capital armazenado que era excepcional*. Eu sempre digo que era a maior cultura jurídica do estado, pela quantidade e qualidade. O que não quer dizer que ele fosse o melhor expositor. O livro dele, eu cansei de ler e reler aquele livro, e não encontrei uma palavra que pudesse cortar. Não encontrei uma palavra que pudesse cortar, seca, dura, mas também muito precisa. E o terceiro, Simch Junior, esse era muito inteligente, um tipo completamente... muito amigo, especialmente do Câmara, tinham sido colegas e tudo. E o Câmara era um homem divino, no Solar Câmara que era... ele era neto do Visconde de Pelotas, ele era bisneto do Visconde de São Leopoldo, quer dizer, era aquela mansão. Graças a Assembleia que desapropriou e ficou com aquele prédio, eu até influí nesse sentido, eu era deputado. Não podia ser demolido pra fazer um... e aquilo ia a venda... na família ninguém podia manter aquilo, e ninguém ia comprar aquilo senão para transformar num edifício de 20 andares, que era imenso, começava na rua Duque, terminava na rua Riachuelo. Eram os estábulos etc., mas o Simch era diferente, em primeiro lugar, era esportista, gostava de lancha e tal, habitualmente gravata de tope, meio fora do lugar etc, cabelo meio despenteado, e dançava, não parava, parecia um balé aquilo. Mas muito preciso, ele tinha o costume de fazer um esquema na pedra, ele escrevia na pedra umas palavras soltas e depois ele apagava, no fim da aula apagava. Ele terminava a aula, depois se voltou e disse, se ele tinha falado sobre a prova do processo penal. Quando ele terminou depois e apagou disse assim: “mas esqueci de dizer

que em matéria de prova o fundamental, o imprescindível é que ela seja interpretada com inteligência”, ponto [riso]. Isso faz quantos anos? Isso foi em 47, faz alguns anos, não é? Parece que estou vendo o fim da aula: “com inteligência, nada mais”.

I.N. - Ministro, foi nessa época que o senhor iniciou a sua atividade política junto ao Partido Libertador, como foi, durante a sua faculdade, durante a sua graduação?

P.B. - Foi no começo, no ano de 45, 46, 47, 47 eu terminei o curso. Três da faculdade.

I.N. - E como foi essa aproximação, como foi o partido?

P.B. - Bom, eu já tinha lido alguma coisa, de modo que... E aquele retrato ali, o Raul Pilla que era professor da faculdade de medicina, professor de Fisiologia, mas ele, durante o Estado Novo, que havia sensor, ele não escreveu, na verdade escreveu um artigo quando morreu o Assis Brasil, morreu no sábado, no domingo seguinte ele escreveu um longo artigo sobre o Assis Brasil, e com todas as... Só quando o Pasqualini veio a ser o Secretário do Interior e Justiça e declarou que a censura, que o DIP terminava no Rio Pelotas, que no Rio Grande não havia mais sensor, o que foi um ato de rebeldia. Não sei se ele já teria dito ao interventor que ele ia terminar com aquilo. Bom, o Pilla quando a censura parou lá em Santa Catarina, nos limites de Santa Catarina, ele então voltou a escrever, um artigo que era cheio de, de palma, assim, um primor pela simplicidade, pela transparência, pela correção, e ao mesmo tempo a simplicidade acima de tudo. Então você lia, lia, lia isso, e depois me aproximei naturalmente dele, e ali foi.

A.M. - Ingressou no partido?

P.B. - Ingressei logo, logo no começo. E dele não saí, fui saído com a extinção dele e de todos os outros. E tinha o propósito de não me inscrever em nenhum, e esse propósito não era amplo, porque se esgotou o prazo de inscrição e eu e um outro colega não nos inscrevemos. Mas depois as coisas... aconteceu aquele genocídio aqui na Assembleia para que um candidato que tinha sido derrotado nas urnas quatro anos antes, e que era membro do governo, que cassava mandatos, era candidato, e me fez um cerco tremendo, era amigo dele, não é? Para que eu o apoiasse... e depois das cassações aquelas, em que o governo inclusive desse ministro, que era o ministro do Trabalho fazia parte, foram cassados tantos deputados de modo a que a maioria, cuja maioria tinha convidado Cirne Lima para ser candidato, que era a maioria da Assembleia, que pela legislação e feita então, cabia Assembleia, não era pelo voto... quer dizer, nos termos, rigorosos nos termos da lei. Cassados tantos para que a maioria virasse a minoria, e a minoria crescesse. Eu digo assim: “assim não dá, não dá”. Aí foi uma coisa interessante, um movimento

assim muito expressivo de mais de uma corrente, no sentido de que eu devia... então foi feito... não do PTB porque o PTB também tinha sido extinto, mas do MDB já então iniciado, me ofereceram uma sublegenda, que pela legislação era permitida. Então eu concorri por uma sublegenda no qual ficava os termos em que eu ingressei, ficava estabelecido independência que eu tinha e tudo mais etc e tal. Eu passei quatro anos sem fazer parte na Câmara. Até um dia o Covas me cobrou: “mas Brossard, meio deputado...” Eu digo: “O que eu vou fazer, sou exatamente... dissesse muito bem, sou meio deputado”. Mas eu sou transitório, eu não pensava em voltar. Então, depois quando chegou a vez da renovação... Eu fui eleito em último lugar, mas fui eleito na sublegenda. Depois de quatro anos, pela atuação que eu tive na Câmara, especialmente depois dessas cassações, das coisas análises que eu fiz, também com absoluta objetividade, aquilo rendeu muito, digamos assim. Até pela coragem... cassavam mandato. Eu disse tudo que tinha que dizer. Se eu fosse candidato a deputado, eu seria tranquilamente eleito. Até porque o MDB, o antigo PTB, estava muito empobrecido por causa das cassações que já tinham sido feitas, especialmente depois do AI-5, tanto que a campanha daquele ano foi uma tristeza, foi uma coisa lutuosa. Pois bem, perdi, como sabia, e foi por isso que eu aceitei depois ser candidato ao Senado, porque eu saía da atividade partidária, como eu queria, e sem deixar de ser candidato. Momento de desgraça e tal, adesão, de desgraça...”, digo: “não, momento da desgraça eu estou aqui”. Eu seria candidato, não seria eleito, com as contas em dia. Só que no ano seguinte, fizeram a traição, terminei aí sim, candidato, aí foi. Estou me adiantando no tempo, mas aí houve uma coisa interessante, porque eu tinha por hábito o seguinte, eu não disse uma palavra durante toda campanha em relação aos meus concorrentes, nem na primeira, nem na segunda vez. Especialmente a segunda, que foi Nestor Jost, de vez em quando ele dava entrevista... e eu nada, nada. A única coisa, e isso foi bem no fim. O Pedro Simon ofereceu um almoço para os jornalistas políticos, e o Nestor disse, página inteira do Globo, disse o seguinte, que ia ganhar a eleição por cem mil votos. E nesse almoço, um dos jornalistas que estava lá, Correio do Povo, Salomão Kirjner, perguntou o que eu achava, se ia ganhar ou não, eu disse a ele: “olha, Salomão, eu não posso dizer que vou ganhar, porque seria uma temeridade dizer, agora, eu vou te dizer uma coisa, eu estou achando muito bem, foi uma mudança muito grande”. O Nestor era um bom candidato, tudo mais, tinha sido presidente do Banco do Brasil, Banco no Brasil era mais importante que o Ministério da Fazenda naquele tempo, “agora, só tem uma coisa que eu acho interessante, é que o Nestor deu uma entrevista para o Correio do Povo, para teu jornal, disse que vai ganhar por cem mil votos”. Mas quando ele chegou aqui, porque ele

tinha residência no Rio, ele disse que ia ganhar o Senado com cem mil votos. Eu fiquei impressionado, que em seis meses de campanha, ele não conseguiu *nenhum* voto a mais, ficou no cem mil!, ele riu, etc e tal. Mais tarde num debate no Rio, repeti a mesma coisa... foi a única vez que eu me permiti. Mas aí foi uma... Todo mundo teve que rir. Mas assim: “não ganhou *nenhum* voto...” [riso], e foi uma coisa impressionante. Isso foi no dia 5 de novembro, estava indo, quando recebi uma carta, uma carta do Érico Veríssimo, ele escreveu *uma beleza de carta*, uma beleza de carta, onde dizia que ele e as pessoas daquela casa iam votar em mim por isto, isto, isto. Eu recebi essa carta, li, li para ver que tempo durava, durante cinco ou seis minutos li aquela carta bem, bem lida, pedi para minha filha para bater, para datilografar, marquei os lugares onde deveria fazer uma pausa apropriada, tinta vermelha não é? E pedi para colocar naquela... que bota a música, o músico fica vendo na altura dos seus olhos, aquela lá, não sei o nome daquilo, e pedi para botar aquilo. Quando começar a ler eu saio e fica só a carta com a letra do Érico, original. Mas li aquela que minha filha tinha feito e fiz uma partilha, foi o leite no mel. E a repercussão foi... Tanto que depois da eleição, eu fui, o maior surpreso fui eu. Vinham me dizendo: “olha... na aula... eram 33, foram 32”, outro: “foi uma unanimidade...”, não acreditava, não é possível. E depois eu vi que era possível, tinha havido aquilo. Depois na *Folha da Tarde* saiu “também com letra de Érico Veríssimo e música de Chico Buarque, assim qualquer um ganha!” [risos] Porque o Chico Buarque mandou um recado: “Brossard, estou contigo. Chico Buarque.” Isso no encerramento também. Bom, voltando então, desde estudante, então. Ainda estudante fui candidato, fui candidato porque fui escolhido. Evidentemente fiz uma campanha assim... não votei em mim, votei no dr. Pilla, não, Dr. Pilla, não, porque não foi a federal, foi a estadual, votei num cara que eu achava que era...

A.M. - Em que ano foi a sua primeira candidatura?

P.B. - Foi em 47, na eleição de janeiro de 47, quando foram eleitos os governadores e os deputados estaduais. Depois na outra eleição foi repetido a mesma coisa. Era uma homenagem etc, e na terceira vez é que eu fui eleito, mas fui eleito não que eu tivesse eleitorado próprio etc, eu fui eleito porque o partido quis me eleger, tive apoio. Em Bagé era natural que... lá havia três pessoas que podiam ser deputados, nenhuma, “não, tem que ser o Paulo, Paulo...” Em Cachoeira, o dr. Orlando, que era grande figura, já tinha sido candidato, resolveu me apoiar, que não fui o único evidente, mas me lembro que foi uma votação significativa, ajudou. Lá em Pelotas também, um velho correligionário também me apoiou, entre outros, tive uma votação razoável. Em Bagé foi a maior votação dos... E outras pingadinhos, tal. Não foi nessa eleição,

foi em outra, que eu tive em Rodeio Bonito, parece que é um município lá no alto do norte do estado, perto de Iraí, sabe lá, conhece? Tive um voto, um voto. Esse eu gostaria de conhecer. *Esse herói, esse patriota* [risos] *Um voto! Esse votou porque quis votar*, não foi por influência de ninguém. Se fossem dois, eu diria que um foi a cabresto que levou, não foi, só um. Bom, aí sim, quando eu fui eleito, eu passei a ser mais deputado, não foi de chofre, mais deputado, no tempo, do que advogado; não deixei a advocacia nunca, nunca. Porque disse: “no dia que eu deixar de ser advogado, eu perderei a minha independência, e não serei um bom deputado”. Deputado precisa ter independência. Eu disse uma vez, uma coisa muito desagradável, um aumento de subsídios, evidentemente inconstitucional, era muito baixo? Era muito baixo, foi um erro quando foi fixado na legislatura anterior, mas fizeram, paciência. Tanto que depois quando eu deixei a Assembleia, depois de três legislaturas, eu apresentei um projeto elevando, aí dizendo, agora eu posso fazer isso, e faço por isso, isso, isso. E peço para que não se repita aquela coisa, aquela página que não ficou honrosa para a Assembléia... “Ah, porque ele ganha mais na advocacia e tal...”, e é verdade, ganho. Pretendo advogar até o fim. *E no dia que não puder advogar*, deixarei de ser deputado, ainda tem mais essa. Agora, enquanto... hei de advogar, para ser um bom deputado, para ser um melhor deputado, para ter independência, porque não posso, como tanta gente eu tenho visto, *tanta gente* que depois de eleito fica numa situação... especialmente quando são reeleitos, são oito anos fora da sua casa etc, esses aí eu... um fim melancólico, porque perderam a clientela, já são pessoas de mais idade e tudo mais, é mais difícil recomençar. Quando se trata de município distante, de fora de Porto Alegre, aquela clientela que era deles foi naturalmente, passou a servir e servir-se de outra pessoa, de outro profissional. Mais de todos é o médico. O médico então, a relação médico é muito grande. Eu vi tanta coisa nesse sentido. *E lendo* o que houve com a República, o que houve com 1930, o que houve com 1937, gente de grande valor, grande valor ficaram desempregados. Eu digo, eu não quero isso.

F.F. - E o senhor ganhava mais na advocacia do que na Assembleia?

P.B. - Ah, sim. Porque Assembleia sempre fui muito... Na Assembleia do Rio Grande, especialmente.

F.F. - E na docência? Na docência, suas atividades docentes?

P.B. - Agora vamos chegar lá. Nesse aumento de vencimentos, eu e mais alguns da bancada e mais um que não era da bancada, que era socialista, se incorporou, e depois terminou sendo eleito uma vez, na última vez que eu fui eleito, ele foi eleito pelo Partido Libertador, nós

devolvemos o excesso, eu nunca fiz alarde disso, mas depois, eu tenho comprovante, mensalmente eu devolvi o excesso, aquele que eu tido que não era legal, coisa e tal, tenho todas as devoluções, tenho arquivado numa pasta só. Depois, na legislatura seguinte, claro, era outra coisa, aí terminou... mas aquela não. Isso foi explorado, tudo mais, eu dizia, era realmente muito baixo. E na advocacia, eu já estava em tempo com uma clientela e uma banca razoavelmente desenvolvida e isso para mim... eu fui eleito em 47, 54, sete anos eu estava tranquilo, numa situação. Até fui prejudicado porque eu como advogado eu não podia advogar contra União, estado e município. E as minhas causas mais importantes envolviam direito fiscal, direito tributário, que ou era União que era estado ou era município, de modo que... Mas não me queixo, porque em compensação me deu um outro realce.

F.F. - E como o senhor fez com as causas que o senhor patrocinava? Como que o senhor fez com essas causas tributárias?

P.B. - Deixei de aceitar, deixei de patrocinar.

I.N. – Substabeleceu?

P.B. – Substabeleci [silêncio] Docência? [riso] Eu sempre gostei, o que eu gostava mesmo... Eu digo: “olha, eu gosto de quatro coisas”. Eu gosto de advogar e quando estou advogando estou contente, feliz; gosto de lecionar, gosto, no momento da aula é um momento agradável para mim, gosto; gosto de atividade rural, lá no campo, gosto, quando estou lá, estou fazendo o que eu gosto; parece que eram quatro... Da atividade política, eu não dizia, mas eu gosto. Eu exerci porque achava que era uma obrigação cívica, obrigação, faço parte de uma sociedade, querendo ou não querendo. Capistrano estava lá contra a vontade dele. Tanto que uma vez quiseram que ele fosse para a Academia, que seria aclamado, Academia Brasileira de Letras e ele disse: “não vou. Já faço parte de uma sociedade contra a minha vontade, não vou para outra”. Mas então vamos lá, eu sempre gostei. Eu comecei como assistente gratuito da faculdade, convidado pelo prof. Darci Azambuja, que foi meu professor no primeiro e segundo ano, Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional, como assistente, nessas condições. E assim fui até mais adiante tal. Sem... era gratuito. Depois foram criadas lá na faculdade um certo número de assistências, que inicialmente não eram, mas logo passaram a ser com retribuição, muito módica, mas era. E aí por causas de eu ser deputado eu não fui aproveitado nisso, mas continuei participando como assistente. Depois quando vagou, vagou a cátedra... [silêncio] Houve o seguinte, já no começo do segundo governo Vargas, e aí então fizeram uma... foi afastado Darci Azambuja, que era professor catedrático desde 33, para nomear um

que não tinha feito concurso etc e tal. Bom, aí já eram cinco anos de formado, eu não tinha condições. Mas alguns anos depois ele morreu então vagou a cadeira. E aí é que eu me inscrevi para prestar concurso, já então pelo regimento da faculdade, ou pelo menos pela tradição, o candidato que inscrito em concurso era contratado, e eu me inscrevi na metade do ano, e já estava alguém contratado transitoriamente que continuou até o fim do ano. No ano seguinte então eu fui escolhido pelo conselho técnico da faculdade etc e tal. Mas o contrato era feito na reitoria, e por essa ou aquela razão, eu não fui contratado no ano seguinte. Depois veio em 68 o fechamento do Congresso. Aí eu procurei o então diretor, que era o dr. Rui Cirne Lima, e disse a ele: olha, doutor, eu nunca fui chamado ao magistério por causa da remuneração, eu realmente é uma remuneração mais simbólica do que realmente uma remuneração. Mas em todo caso, eu acho que eu... e nem fica bem, já faz agora tantos anos aí... e o que eu quero, o que eu pretendo com isso? Porque pensa: quem faz isso, pensa que eu devo querer algum fim, algum objetivo, alguma finalidade ilícita, e acho que não fica bem. Eu vou lhe pedir que dê uma solução. “Não, fale lá com Zé Diogo”, que era o secretário geral da universidade, que era um general, mas muito inteligente, muito sabido, realmente muito inteligente, excepcionalmente inteligente, e fui lá conversar com ele. E o Zé Diogo: “olha aqui, Brossard, tudo bem, você tem toda razão, mas acontece que a Constituição proíbe contratos etc”, eu disse: “mas general, o senhor sabe mais Direito Constitucional do que 99,9% dos bacharéis, e o senhor sabe disso, não estou lhe fazendo nenhum elogio infundado. A Constituição não diz também que o deputado, senador, desde a diplomação até o fim do mandato está impedido de exercer o cargo... desde que, ou melhor, *salvo* contrato que obedeça a cláusulas uniformes? Se eu for contratado eu vou ganhar mais ou menos do que o professor meu vizinho, dos professores concursados ou não concursados que lá estão lecionando, ou vou ganhar menos? Ou vou ganhar rigorosamente menos? Porque se não fosse assim, eu não podia ter telefone em casa, porque o telefone é um serviço público, aqui é uma entidade pública, mas tem cláusulas uniformes, não é? Não podia ter luz em casa, nem água, são serviços públicos. Agora, parece que as tabelas e tarifas são uniformes.” “É mesmo e tal”. De modo que era só essa objeção, então a objeção se evanesceu. Passou mais de um ano e nada. *E aí então*, isso foi no começo do ano, todo ano e nada, e começou aquele papel a circular daqui para lá, quer dizer, aquele processo, sendo que da última vez eu escrevi de próprio punho dizendo algumas coisas sobre isso, que já era tempo, que a alegação aquela... por isso, isso. Fazia quatro anos, seria o quinto ano que eu aprovava, reprovava, lecionava, tudo mais e nada. Aí eu tinha reprovado alguns estudantes que tinham

exame de segunda chamada, aquele que é fevereiro. Eu estava lá em Bagé, era o tempo de férias, vim para cá para no dia, e soube que o Salgado Martins, que era então... tinha me procurado. Imaginei que ele tivesse me procurado para saber se eu estava, por causa dos exames etc, imaginei que fosse isso. Procurei o Salgado em todos os lugares possíveis, e não houve jeito de falar com ele. No outro dia, na hora em que eu estava entrando na faculdade, uns quinze minutos antes da hora do exame, e vi que o pessoal estava saindo, aqueles que deviam fazer exame. “Não, estão pensando que eu não estou aqui...” “Não, é que foi suspensa.” “Mas como? Não.” Pensei, de certo o Salgado imaginou que eu não fosse, que eu estava lá na campanha... “Não, vamos lá”. Todos que saíram, voltaram. Falando com o Salgado, o Salgado todo sem jeito, tal, assim. O Salgado tinha sido meu padrinho de casamento, e, portanto, meu amigo, tinha sido meu professor, sempre excelente professor. Quando cheguei: “olha, Paulo, infelizmente, tal, uma notícia desagradável...” “Dr. Salgado, professor, eu só recebo notícia desagradável, qual é dessa vez?” Me mostrou um ofício do reitor determinando... de quatro páginas, que dizia, que determinava que fosse suspensa a atividade de magistério, que, segundo consta, vem exercendo etc e tal. Ia para cinco anos que eu a noite e pela manhã, sem um assistente, lecionava num curso publicamente, mais do que isso, por indicação da direção do conselho técnico administrativo da faculdade.

I.N. - Qual era a disciplina que o senhor lecionava?

P.B. – Constitucional, e a tese de concurso era sobre o impeachment.

I.N. - E o senhor lecionou também na PUC ou só na UFRGS?

P.B. - Antes da UFRGS eu lectionei na PUC, aí a convite do desembargador Baltazar que era o diretor. Mas comecei lecionando Civil. Naquele tempo os desembargadores andavam de bonde e os advogados também. Nós estávamos num bonde ali na Independência, eu desci na esquina seguinte que era na Barros Cassal onde eu morava e ele lá no fim da Independência. No elevador, nós estávamos de pé porque estava cheio, era hora do fim do... da tarde, bonde cheio, e ele então sempre muito cerimonioso: “doutor, o senhor não quer lecionar Direito Civil lá na...” Eu digo: “que isso desembargador?”. Levei um choque. Aí chegou na minha esquina, cheguei em casa, mas o que é isso, Direito Civil! Ele me disse que era direito das coisas porque o desembargador Caminha, que ia se afastar então e eu desci ali... eu cheguei em casa, fiquei pensando, pelo menos devo ser um pouco mais polido com quem me fez esse convite. Telefonei para ele, perguntei se podia me receber e fui de noite. “Olhe, eu não estou em condições...”, ele: “não, eu conheço seus trabalhos, o senhor é um advogado conceituado, enfim, pense nisso

porque é uma oportunidade...” “Não, para mim é instituição honrosíssima”. E dali então resolvi... Isso já era na segunda metade do ano. Lecionei três meses do segundo semestre. Então lecionei Direito Civil vários anos. Mais tarde, quando vagou a cadeira de Direito Constitucional, que era dada pelo dr. Camilo Martins Costa, então eu passei a lecionar também o Direito Constitucional, de dia. De noite foi um outro, que alias que era genro do dr. Camilo, dr. Freitas Beck. De modo que... Comecei com essa tese que eram cem, cento e uma, cento e cinco páginas impressas, essa aí é a terceira edição que saiu, por quê? Porque depois vem o caso Collor, e eu estou aonde? Estou no Supremo Tribunal, por essas coisas que os fatos não explicam. E fui e o livro passou a ser reeditado, segunda edição, depois veio a terceira edição, e lá no tribunal cidadíssimo, tudo mais, etc. Só que... me adiantei mesmo... o termo é solitário, todas as teses eu fiquei sempre votando sozinho, mas isso vamos parar para quando chegar na vez do Supremo.

F.F. - Chegaremos lá.

P.B. - Bom, eu acho que em matéria de docência eu tenho impressão que disse o que podia dizer.

F.F. - Ministro, ele vai trocar a fita um minutinho.

P.B. - Mas assim foi. E tentei um mandado de segurança, perdi aqui e perdi lá. Houve um recurso lá, mas não cabia porque eram vários os fundamentos e o sério mesmo era um dos fundamentos, de modo que...

F.F. - O senhor diz para permanecer na docência?

P.B. - Para permanecer. O interessante é que o juiz de primeira instância, eu tinha relação com ele muito antigas, um irmão dele era meu grande amigo, tinha sido colega de Assembleia inclusive e eu¹ pedi a ele que julgasse, era o que eu pedia, que julgasse. Passou o ano e não julgou. O ano seguinte passou e ele não julgou, no terceiro ano, tal. Aí deixei de pedir, não pedi mais. E então eu digo, o que é consciência, ele concedeu uma coisa que eu não tinha pedido, portanto ele correu mais do que era pedido. E mais do que isso, uma coisa também que era contrária a jurisprudência pacífica do STF, mas o que ele fez? Eu não tinha pedido o vencimento.

F.F. – E ele te deu o vencimento!

¹ A parte sublinhada da transcrição não foi captada pelo vídeo.

P.B. - O que eu pedi era que me fosse assegurado o magistério. Não falei sem vencimento porque não tinha que falar, enquanto tal e quando fosse possível, podia receber, mas levantar mais um problema, simplesmente não pedi. Contra isso, concedeu o vencimento, como se fosse uma lambuja, né, um pagamento assim...

F.F. - “Não reintegro, mas dou o vencimento”.

P.B. - Em todo caso é uma vantagem, tal. E qual foi a outra coisa? [silêncio] Agora faz tanto tempo que não me lembro mais, mais também deixei.. Eu não recorri. Mas tem um outro aspecto... Essa dos vencimentos... mas tem um outro aspecto, também, essa dos vencimentos.

F.F. - Foi o que transitou em julgado? Foi a não reintegração, com vencimentos por período trabalhado?

P.B. - Não, não. Houve recurso. Eu não recorri dessa parte, não recorri. Eu não me lembro... eu acho que não, acho que não. Simplesmente eu recorri sem mais nada, até mantive o silêncio. Bom, mas o fato é o seguinte, isso passou, de modo que, quando mais tarde, ia me esquecendo de uma coisa, quando mais tarde, eu estava no Ministério da Justiça vagou outra vez... ah, porque uma pessoa não fez concurso, veio de Pelotas para cá, ele era juiz, foi promovido de instância de Pelotas para cá, e ele com mais dois foram lá pedir para serem aproveitados na faculdade, então eles foram aproveitados. Nenhum deles tinha feito concurso, pra Constitucional não tinha... O fato é que um deles foi nomeado, depois aposentado, não, depois ele morreu. Sem concurso ficou até a morte. E aí abriu, e aí eu pensei, não aí eu me inscrevi com essa tese. Não, perdão, inscrito eu estava e a tese eu já tinha apresentado, eu apresentei a tese em 54, em junho de 54, isso já foi bem mais tarde.

F.F. - Então o senhor se doutorou em direito? Tese que o senhor diz de doutorado, de doutoramento?

P.B. - Não, foi para concurso. Doutoramento era... o concurso, o concurso para... para cátedra valia como doutorado. Passava a doutor etc, por nada. Mas não foi em 54, foi depois, foi depois quando eu estava no ministério, é no Ministério. Eu me inscrevi. Eu me inscrevi. E depois, depois de anos, três ou quatro anos, se aproximava... Ai, ai, ai, aqui... Eu estava pensando em fazer, mas naquela altura eu já estava convidado para o Supremo, que eu não tinha dito *para ninguém* e não devia dizer naquele momento porque, é dessas coisas que não se dizem, ou não se diziam. Eu digo, vamos fazer o concurso agora. Em primeiro lugar, se eu tiro o primeiro lugar, vão dizer: “também, ministro da Justiça...” ou se eu não tiro primeiro lugar: “nem sendo ministro da Justiça...”. Mas isso aí pouco me importava. Vinha depois o mais importante, é que

sendo nomeado pelo Supremo, eu teria de vida, eram cinco anos e meio, quando eu completasse 70 anos, eu automaticamente estava afastado, estava aposentado ainda que sem decreto, sem Diário Oficial. Então fazer um enorme de um esforço, correndo esses riscos, para que, para ficar lá tantos meses? Porque nos últimos anos eu ficava na dependência, aquela história, com 65 anos era aposentadoria normal, aquela prorrogação até os 70, havendo interesse de parte a parte. Eu fiz o que eu tinha que fazer. Acho que fazer mais esse esforço agora, não vale a pena, realmente não vale a pena. Eu gostaria de ter sido professor catedrático nos termos do concurso histórico, do concurso que foi praticado até então até agora, tive tese escrita, original, para que? Para ficar dois anos? E simplesmente... não disse nada lá, não, já tinha morrido.

A.M. - Em que ano foi isso, ministro?

P.B. - Eu estava no Ministério da Justiça, de modo que... A inscrição ou o concurso?

A.M. - O concurso.

P.B. - O concurso foi entre, entre 84, 5, 6, 7... entre 86 e 88. Em 88 não foi, posso dizer que foi em 86 ou 87. De modo que... agora, depois disso, eu fui nomeado para o Supremo Tribunal e houve pela primeira... contrariando as minhas conclusões, que estão no último capítulo, o assunto... Em primeiro lugar teve recurso, em primeiro lugar houve condenação, em terceiro lugar a questão foi levada ao conhecimento do Supremo Tribunal, e contra o meu voto o Supremo Tribunal conheceu e jogou no mérito. Coisa que eu digo assim, isso não é, não entra na competência do Supremo Tribunal, ou melhor, do Poder Judiciário. E por quê? Porque a questão *interna corpus*? Não, não é por isso. É porque é questão política? Não, não, não é por isso. O juízo é político, não é questão política no sentido vocabulário jurídico emprestam pra esta expressão. Mas então o que é? É porque, em primeiro lugar, a Constituição, a Constituição diz que o processo e o julgamento do presidente da República depende, antigamente era da acusação da Câmara, agora é da... pela Constituição é a autorização do processo compete a Câmara e o julgamento... Agora era o processo e julgamento, o Senado. E agora, é o processo... Não, o processo era da Câmara, era de dentro, da preparação. O julgamento que era... Agora, o processo e o julgamento passam para o Senado. A Constituição é expressa a esse respeito. Abre uma exceção ao monopólio do Poder Judiciário. Isso tem passado assim, mas o Seabra Fagundes, que era um bom jurista, bom... ele, no livro clássico que ele escreveu, sobre o controle jurisdicional dos atos jurídicos da autoridade pública, ele diz lá, faz exceção, “por expressa disposição constitucional... Fica excluído da competência do Poder Judiciário a acusação, e a defesa...” Quer dizer, o processo completo e o julgamento, do presidente da

República, dos ministros de Estado, é por esse motivo. E em segundo lugar, tem um outro, é que o julgamento, impeachment, agora se diz crime político, crime de responsabilidade, crime... não é crime, é um erro técnico que vem de uma confusão estabelecida no começo do Império e que foi consagrado. E depois é eufônico, crime de responsabilidade, crime de responsabilidade, todo mundo diz e repete, e hoje existe crime de responsabilidade para meia dúzia, meia dúzia não, para uma dúzia e meia de pessoas e atividade ou mais, quando não tem absolutamente nada com a natureza, mas chama crime de responsabilidade. Rui Barbosa chamou de crime de “tigre de palha”, ameaça, mas não vale nada. E têm pessoas autorizadíssimas que dizem, que é crime, é da competência do tribunal e lá no Supremo... era o *interna corpus*. Não, não é interna corpus, por isso, isso tal, segundo lugar, não é questão política. Questão política são aqueles atos discricionários, são atos que ficam ao prudente a descrição, ao prudente arbítrio, - arbítrio dá margem a arbitrário -, se diz discricionário, como tecnicamente mais correto. Sai porque a Constituição exclui. E, *além disto, e além disto*, a sanção não é de caráter criminal, tanto assim que, *tanto assim que*, se além do chamado crime de responsabilidade coexistir um crime do Código Penal, ele pode ser processado perante o juízo criminal, e mais do que isto, ele pode ser absolvido no juízo político e ser condenado no juízo criminal e vice-versa. Ele pode ser condenado no juízo político e ser absolvido no juízo criminal. Que foi o que aconteceu no último caso. Ele foi condenado, o Collor foi condenado pelo Senado, uma votação altamente significativa, para surpresa minha, mas depois no curso eu vi que as coisas caminhavam para isto mesmo, e foi absolvido, eu já não estava mais no Supremo, foi absolvido, pela justiça comum, inclusive, inclusive pelo Supremo, porque era quem julgava.

F.F. - Essa votação como foi?

P.B. – Oi?

F.F. – Essa votação que absolveu criminalmente o Collor.

P.B. – Eu não me lembro. Isso, não sei lhe dizer.

F.F. - O senhor votou.

P.B. - Não, já não estava no tribunal. Eu participei na primeira fase. Eu participei do julgamento do Supremo, votei inclusive porque eu sustentava que não era da competência do Supremo. Depois de vencido, aí então eu entrava no mérito vencido... E votei pela condenação.

A.M. - Ministro, o senhor tem uma longa trajetória parlamentar que passa por diversos marcos políticos da história do país, da destituição do presidente João Goulart, todo período do regime

militar, e durante o processo de redemocratização o senhor é nomeado pelo presidente Sarney como Consultor Geral da República. O senhor poderia nos contar como foi esse processo?

[interrupção]

P.B. – Deixa eu ver se me lembro de alguma coisa assim especial. Ah, até ontem eu tive uma renovação de um testemunho, no meio da viagem. Eu queria dizer que eu sempre gostei do magistério, *realmente*, era um prazer para mim. E sempre tive um trato muito bom com os estudantes. Embora fosse considerado um pouco severo, duro na nota, tal. Acho que não. Interessante, uma vez, tanto assim que houve, eu acho que só uma vez houve um pedido de revisão de nota, uma vez. Eu prontamente recebi pelo diretor, encaminhado para mim, eu li a prova e disse: “mas que coisa, o que é isso?” Eu fui injusto mesmo, porque essa questão está certa, a outra não. Eu tinha o hábito de fazer três questões, até para facilitar. As três questões que a pessoa que soubesse respondia em três linhas. E quem não soubesse não resolvia. Mas sempre procurei questões que quem soubesse, sem precisar preencher páginas e páginas, cansar. Então essa aqui está certa, essa não é que esteja errada, errada, mas está incompleta, merece a nota que teve, mas não é total, não, então o recorrente tem razão, foi erro. Eu digo: “como eu fui fazer isso?” Talvez porque eu sempre dizia de todo o magistério, a única coisa que eu não gostava era de corrigir prova, duvido que alguém goste, *porque é chato*, e cansa, e cansa, e é igual. É possível que eu já estivesse cansado, entrado na noite e estivesse... Quando eu li depois a prova, “como é que eu fui fazer isso?” me perguntei para mim: “como eu fui fazer isso?” errado estou eu. A única vez. Tratei de corrigir e deixando o crédito... “o erro foi meu, para não haver dúvida”. No Supremo, bem, depois me chama atenção, vou deixar isso para depois do Supremo, me chama atenção porque lá no Supremo eu reformei a minha orientação em relação a um caso lá. E vou dizer por que depois. Mas o... então sempre me dei muito bem, com exceção de um caso, que era uma moça, uma moça bonita, bem vestida, que sistematicamente chegava tarde, no meio da aula então ela entrava. Entrava na aula, era muito atenciosa, muito gentil, começa a cumprimentar os colegas etc e tal. Uma vez, duas vezes, três vezes. Ah, daí a pouco me pediu um cigarro, um cigarro. Pediu fogo para outro também. Conversava e ria. E eu tinha o hábito de, se alguém conversava, eu paro a aula e parava, deve ser importante o que ele está dizendo, assim, pode ser até relativo até a própria aula que está sendo dada, e assim eu tinha o hábito. Geralmente era logo encerrado. Bom, fiz isso uma vez, duas vezes, três vezes, e ela desagradável, desagradável, fiz uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, cinco vezes, não sei quantas vezes, até que, tudo a mesma coisa. Ai eu só disse o

seguinte: “rua”, sem preâmbulo, nada, “rua”. No outro dia se repetiu a mesma coisa. Aí eu não esperei tanto. No segundo, “rua”. Depois ela deixou de ir, parece que deixou de ir à aula. Foi a única coisa que até não sei que fim levou essa moça. Mas ela ia lá para namorar... Namorar é bom em todo caso, cada coisa no seu momento próprio. A única coisa. E sempre, sempre me dei muito bem, muito bem mesmo. O pessoal fala, foi duro, severo, tal. Não, repare que não foi tanto assim.

F.F. - Ministro, me permite mudar um pouco de assunto e o senhor já tinha relações em Porto Alegre, uma vida bastante estabelecida, como foi ir para Brasília?

P.B. - Forçado.

F.F. – E como foi?

P.B. – [pequena pausa] Eu tinha omitido isso e acho importante. Ah, desculpe, mas ontem, em Bagé, duas senhoras vieram falar comigo. Uma mais moça do que eu, mas cabelos brancos, etc. Tal e coisa, depois me deu um beijo de despedida, mas essa não tinha sido minha aluna. A outra foi até na parada que tem ali no meio, na metade do caminho, o Papagaio, tem um posto lá, conhece? Aí, conhece. Naquele lugar. Eu tinha conversado com uma pessoa que veio falar comigo, me elogiou sobre as coisas aí, e depois veio uma outra moça, moça mas suponho que é senhora, chegou e me disse: “desculpe interromper, mas eu fui sua aluna em Direito Constitucional, na PUC. “Me lembro muito do senhor...”, muito amáveis etc. Ainda ontem, assim de pessoas vem me dizer... isso foi há 40 anos.

A.M. - Muito bom, não é?

P.B. - É, altamente, eu sou muito... assim sempre. De modo que eu tenho razões, inclusive, para dizer que não posso esquecer. Tanto foi a coisa que eu mais senti, mais senti foi não ter sido professor de verdade, quer dizer, professor com um título, como dono da cadeira, porque aí eu pretendia... já tinha escolhido dois assistentes, os dois hoje já falecidos. Dois *excelentes* alunos, *excelentes*, e que eu também estimulava, tudo mais, nunca falei a eles, naturalmente, era cedo, mas até isso eu já estava planejado com isso. Pretendia até fazer alguma coisa que nunca foi feito. Pretendia escrever um livro sobre Direito Constitucional, diferente desses... didático, visando o estudante, mas não feito até agora, seria um livro que partia de um artigo e depois caminhava pela Constituição, até o fim, toda vez que houvesse pertinência com aquele artigo inicial. Por exemplo, a palavra paz, tinha no artigo da Constituição de 46, paz etc está no artigo quarto, para mostrar, digamos assim, a unidade da Constituição, não é? E o outro livro, aí não era meu, mas era um livro de... aí os assistentes podiam ajudar aí bastante. Era

vamos dizer assim, uma seleção da jurisprudência constitucional, que foi feita no começo da República, com a jurisprudência escassa que existia então. Mas depois, em 37, fez assim um muito fraco tal. As tentativas foram muito incompletas e muito defectivas. Eu achava que devia fazer um artigo como texto para acompanhar. Como nos Estados Unidos, nos Estados Unidos é mais usado o livro de jurisprudência constitucional do que o livro de doutrina constitucional. Houve um período aí que caiu muito. Sobre impeachment, por exemplo, eu chamo atenção, porque nos Estados Unidos o autor que escreveu de forma mais ampla, de forma mais abundante foi o Pomeroy, escreveu contemporâneo com o processo de impeachment do presidente Johnson, não do nosso aqui, mas do Johnson que era o vice do Lincoln e que assumiu na vaga do Lincoln em razão do assassinio. Esse, o Pomeroy escreve, é um... Rui Barbosa diz que é quem faz a melhor definição. Depois dele só dois que escreveram, ambos escreveram, publicaram seus livros, que *são bons livros* em 1910. Um é do Watson e o outro é do [Ilobe]*, os dois são dois volumes. O Ilobe depois escreveu o mesmo livro em três volumes, um pouco enriquecido etc. Só que os da primeira edição são grossos, e esse do Ilobe são três volumes mais finos, mas fundamentalmente a mesma coisa. E depois o Berger publicou um livro, já estava cheirando, aparecendo a fumaça que ia tocar no presidente. A impressão que eu tenho é que foi um livro por encomenda, porque a literatura ficou muito pobre. Os livros, os livros... alguns, exceção desses que eu mencionei, o Black, por exemplo, é bom, o livro é muito bom e ele dedica ao impeachment, creio que duas páginas. E outros escritos nesse interregno, página e meia, e os mais recentes, meia página, repete o que diz a Constituição. Então caiu em desuso e caiu no esquecimento. Lá também, por exemplo, o Berger sustenta nesse livro que eu tenho, eu tenho três edições, para ver se ele tinha mudado alguma coisa, mas ele não mudou, e depois fica um vazio. E como nos Estados Unidos prevalece aquilo que eu sustento aqui, que competindo ao Senado, não compete a Suprema Corte. A Suprema Corte, houve tentativas várias e nunca tinha conhecido. Tanto que eu só conheci um caso em que houve a tentativa, isso foi em 1936, chegou até lá, mas o tribunal não conheceu, não disse uma palavra. Não conheceu, não disse por que. Mas parece que o anjo da guarda tem me ajudado, às vezes, aconteceu o seguinte, que um juiz... Lá os que têm sido condenados, a maioria deles é ou administrador ou juiz. E uma questão que aqui no Brasil não seria conhecida, mas lá o tribunal conheceu, conheceu e condenou, e *condenou*, o juiz que recorria. E supera esse problema. Para aí um pouquinho... não, não, eu estou confundindo com outro... perdão, perdão, não, ele conheceu, mas depois disse que era *injusticável*, um neologismo, quer dizer, não era da

Comentado [Gabi Maci1]: Não achei correspondência no google. Ilobe, Elobe, Welobe. Min 30:15. 3º vídeo.

Comentado [Gabi Maci2]: Idem.

Comentado [Gabi Maci3]: Idem.

competência da justiça, não podia ser objeto da justiça, mas para conhecer, não sei porque resolveu enfrentar esse problema, mas ele diz isso lá. Eu ainda não verifiquei, mas isso deve ser ou contemporâneo do nosso julgamento aqui ou logo depois. Porque lá... vou parar por aqui mesmo. Eu não conhecia; eu tenho impressão, eu tenho a impressão, que essa decisão é posterior ao nosso julgamento aqui, tenho impressão, mas quero tirar isso a limpo.

F.F. - O senhor me permite fazer uma pergunta sobre esse assunto que agora eu fiquei curioso. O senhor então, um especialista no tema, imagino que um dos poucos no Brasil especialista, dominando como o senhor domina o tema do *impeachment*, autor de um livro sobre o *impeachment*, imagino que ninguém mais no Supremo tinha este tipo de credencial na hora de julgar o caso do *impeachment*, qual o peso disso no seu poder de convencer seus colegas a sua tese?

P.B. - Bom, uma das alegações: a Constituição diz que a lei não pode excluir qualquer adesão de direito ou ameaça de direito... essa interpretação importa... e eu dizia: “como é que diz a Constituição? *A lei não pode*, a lei não pode, eu digo: a lei não pode e a lei não fez. A Constituição pode e a Constituição fez”. Só isso. Estou errado?

F.F. - O que os seus colegas acharam?

P.B. – “Tal e isso, aquilo...”. Engraçado que o... me esquecido do nome, eu me recordo que houve um ministro que dizia que é moderna a jurisprudência americana, tal... e eu então ao votar eu disse que se o tribunal resolvesse reformar a sua jurisprudência, que desde o começo do século até 37, até 37, tinha sido no sentido de afastar, porque não era da competência, não se tratava de crime no sentido técnico do Direito Penal, então *não era* da competência. O ministro Laudo de Camargo, grande juiz, depois presidente do Supremo Tribunal, em 37, tem um voto num caso de Mato Grosso que é um primor, Mato Grosso ou Goiás, agora não sei, porque os dois ficam juntos ali. E o outro foi lá do Maranhão. Aquiles Lisboa era o governador que foi processado etc. Isso em 37. Mas os argumentos eram: “a Constituição... Mas nesse voto que eu dei no fim, eu fiz um levantamento da literatura jurídica, então falei sobre os marcos, são do Pomeroy e depois de 1960, 1970, 71, parece que é a terceira edição desse livro, não é a primeira seguramente, e depois daqueles dois lá de 1910, mas posteriormente tem. Tem um que escreveu por volta de 1940 mais ou menos que é que mais... o mais extenso e coloca a questão bem colocada, mas sem dar maior importância, e os outros, eu cheguei a contar o número de páginas que alguns dedicaram, fui mostrando que a partir de... foi minguando, minguando, minguando. De modo que pelo desuso, como se dizia que artigo de palha, pela

tentativa frustrada do impeachment contra o sucessor do Lincoln, tal, isso em plena... a Guerra Civil estava sendo apagada naquele momento, tudo isto, pode imaginar como funcionava o Senado, as correntes partidárias dentro do Senado, tudo mais. Então para mostrar isso, que lá mesmo tinha havido um desuso, a literatura tinha se encarregado de fazer o resto, se esqueceu do instituto. Isso está lá. Acho que não está nesta... numa edição, se sair nova, aí então eu posso fazer referência a esse julgado do Supremo. Porque eu disse a certa altura, que o Supremo se quisesse reformar a sua mudança, como podia fazer. Podia fazer? Podia. Naquele tempo, agora não é mais assim. A maioria daquele tempo decidiu assim, agora a maioria decide assim. Muito bem. Isso é humano. Agora, que faça isso *por sua autoridade*, e não sob alegação que é jurisprudência, tal, não é não, por isto não, porque não houve esta mudança lá. Agora, sua pergunta é por quê? Bom, eu francamente ouvi todos os votos, muito bons etc e tal, mas muito assim: o artigo tal, é pena, pena, pena, tal, é pena. É pena política e é pena política, não diz que é pena criminal? Não diz que é pena criminal. E por sinal, a Constituição, ponto. A Constituição atual eu acho que foi tão feio, precisa... A Constituição é uma, é a regra, é a que está em vigor. A Constituição atual, a Constituição de tal e tal data, não. Todo mundo sabe que foi promulgada. E a Constituição, ponto. Olha aqui: “da responsabilidade do presidente da República: admitir acusação... bom, são crimes de responsabilidade, são crimes de responsabilidade... os atos do presidente da República... atentem contra a Constituição, especialmente... Esses crimes serão definidos em lei especial que se estabelecerá as normas de processo e julgamento. Admitida a acusação contra o presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, é difícil vencer isso, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nas infrações penais comuns ou perante o Senado Federal nos crimes de responsabilidade. A Constituição faz o disclaimer, *nas infrações penais comuns*, e no mesmo artigo, no mesmo parágrafo, no mesmo artigo, aliás, lá é o Supremo porque se trata de crime, depois diz assim: *ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade*. Está dizendo a diferença dos dois, é do dia para a noite. E depois continua nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa crime pelo STF... se recebida... nos crimes de responsabilidade, após instalação do processo pelo Supremo Tribunal, tal, se decorrido, tal, enquanto não sobrevier a sentença condenatória, *nas infrações comuns*, o presidente da República, não está sujeito a prisão. O presidente da República na vigência do seu mandato não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício das suas funções. Isso, na

Constituição polaca tinha isso aqui e foi repetida lá naquela emenda que saiu com o Ato Institucional oito, AI-8, o feroz, aquele.

A.M. - Emenda Constitucional, não lembro o nome, mas foi em 69, durante a Junta Militar.

P.B. - Pois é, aquela que introduziu isto. Bom, aí está, a própria Constituição...

F.F. - Então o senhor acha que a decisão final no caso Collor foi inconstitucional? Foi contrária, afronta a Constituição?

P.B. - No meu modo de ver, sim, não precisa ser isso, bastava aquele artigo que diz: “cabará... acusação, processo e julgamento. Acusação não, a autorização, por dois terços, e depois... O fato é que, no começo, na primeira votação, tive um colega, não fiquei... mas a partir, depois ele reconsiderou seu voto e eu fiquei voto solitário, todo... Não discuti com ninguém, fui dizendo o que achava etc., porque etc., data vênua, tal e coisa, ponto, tal. Meu ponto de vista é esse, se estiver errado, o erro será vintenário, porque desde que foi... publicaram trabalho... em 1954 que isto está sustentado, não é de agora. Então é erro vintenário.

F.F. - O senhor de alguma maneira o senhor se sentiu vinculado às teses que o senhor já tinha veiculado no seu livro?

P.B. - Como é?

F.F. - O senhor já havia publicado há muito tempo sobre o tema, em debate um livro. Sobre o impeachment, de alguma maneira o senhor se sentiu vinculado às teses que academicamente o senhor já tinha publicado?

P.B. - Sim, sim. Mas abri uma exceção e disse por que fazia. Quer que eu diga agora ou quando estiver falando do Supremo?

F.F. - Já estamos falando do Supremo, Ministro.

P.B. - Já? Bueno.

F.F. - Eu vou voltar um pouquinho e perguntar sobre a sua nomeação, mas pode dizer agora.

P.B. - Mas olha aqui, então, eu vou dizer aqui... Eu sustentei no livro, citando os autores etc e tal, que o presidente, uma vez condenado, ele não podia renunciar ao mandato, era irrenunciável. E eu disse o seguinte, disse olha: “no meu trabalho que está impresso, divulgado, público, eu sustentei isso, assim, assim, assim. Eu quero lhes dizer agora, neste julgamento, que não haverá necessidade de qualquer coisa nesse sentido”. Porque até então, não tinha acontecido. Ele renunciou depois. Tanto que ele renunciou, mas depois, depois de ter sido condenado. Ele esperou até a última hora. Parece que ele esperava ser absolvido. “Acontece que eu defendo este ponto de vista. E como juiz, e como no tribunal, eu devo considerar os

efeitos de um julgamento meu. E eu fiquei pensando, se eu tinha o direito, de quando o assunto não há unanimidade a respeito, quando nomes ilustres entendem que é renunciável e entendem que não é renunciável, como eu sustentei, e sustentei até hoje. E digo, se viesse, se viesse a acontecer a situação essa, havendo, eu não hesitaria em corrigir e nem votar contra o meu voto que eu tivesse sustentado, para evitar uma convulsão, uma convulsão no meu país, não hesitaria disto. Porque aí, eu dizia assim: “na dúvida, e a questão é duvidosa, não há unanimidade, os autores que pensam assim, são da mesma categoria, do mesmo nível, do mesmo peso científico desses aqui, eu não posso, por amor a minha coerência, tudo mais etc. e tal, e a minha independência, manter um ponto de vista que me deixa perturbado, em virtude do resultado nacional, não é pessoal, não, é nacional, quero deixar consignado isso”. Na edição que sair eu vou deixar isso bem repetido. Porque eu acho que eu fiz bem, sem nenhuma vantagem qualquer, porque ele já estava condenado, depois a renúncia só seria válida em relação aos efeitos, ao impedimento, durante tantos anos etc.

F.F. - E essa foi a única exceção?

P.B. - A única. E foi criada pelos fatos, uma situação... E eu digo, mas será que eu teria direito, como juiz, numa situação que eu sabia... como Dred Scott apontado como a causa imediata da Guerra Civil? Quer dizer, esse negócio assim...

F.F. - Ministro, o senhor me permite voltar um pouco no tempo.

P.B. - Vamos.

F.F. - Estava preocupado, estava querendo saber sobre a sua ida a Brasília...

P.B. - Ah, sim... Podia contar então com todos os pormenores, que não sei, nunca falei, assim. Agora já posso. O Presidente Sarney já falou assim, nisso assim. Eu estava lá fora, lá no Pirai, o Sarney me telefone uma vez, num domingo pela manhã. Ele era vice-presidente. E me telefonou “Brossard etc., saudades suas, gostaria que você aparecesse aqui para conversarmos um pouco etc.” Digo não: “Palavra do presidente não é convite, é ordem, tal”. E depois custei, custei a ir, custei a ir, até que a minha filha mais velha disse para ele: “presidente, aperte o gordo, - naquele tempo eu estava bem mais gordo-, aperte o gordo senão ele não vai”. Então eu fui lá, ele estava na casa do vice-presidente nesse dia, ele diz assim: “estou preocupado, essas notícias que estão correndo, não são exatas. Eu digo: “*o que?*” *sic*... “Não, o senhor está dizendo... da reserva, tal”. “Aquela aparição do Tancredo?”... “aquilo não corresponde a verdade”. Ele foi amparado para tirar aquele, para ser firmado ali, para dizer que estava muito bem, de chambre, tal, o Sarney me disse: “infelizmente, infelizmente, a situação é outra”. Bom,

mais tarde então fui a Brasília, depois que... Me lembro que uma vez nos encontramos no José Aparecido, eu tinha ido lá e tinha até ficado oculto, e quando ele foi lá, era um jantar, uma coisa assim, ainda me cobrou: “mas quando é que vem?”, “agora, estou resolvendo uns assuntos para ficar livre...” E então vim, e quando fui almoçar com ele lá no Jaburu, e nesta ocasião... eu perguntei lá pelas tantas, afinal de contas, para que é? Mas qual é? O que eu vou fazer? Ele me disse: “você vai para a consultoria geral da República”, “mas como? E o doutor Bessoni, um homem ilustríssimo sob todos os pontos de vista?”. “Não, o Bessoni já me procurou, já me pediu para voltar para Minas. Disse que ele tinha aceito do Tancredo que era amigo, tudo mais, etc., e tal, e até com o direito de não ficar todo o mandato, de modo que me pediu, e eu pedi a ele que me desse tempo para responder. E ele prontamente me disse ‘fico tempo, não vou deixar vago o cargo’, mas ele já está demissionário, não é, de modo que tenha um substituto, eu comunico a ele, marca-se a data”. Eu disse: “bom, se for assim, então...” É uma grande posição, uma bela posição, Bessoni é um homem altamente qualificado. Depois na transmissão do cargo, que foi bem, bem, um pouco mais tarde, acho que um mês depois, eu aludi ao livro dele, aquele do contrato, *Teoria Geral do Contrato*, eu disse a ele, “é um livro do qual eu desejava ser o autor”. Porque é um livro que dignifica o autor. Eu digo: “Tinha vontade de ter escrito esse livro”, isso na frente dele. Bom, mas ele não parou aí, ele continuou dizendo: “você vai para a consultoria, já fica aqui e depois vai para o Ministério da Justiça. Mas o que eu quero mesmo é que, ao sair, quando eu deixar a presidência, você esteja no Supremo Tribunal”. Como me disse na ocasião, os outros que ele pretendia nomear. Tanto assim que houve uma vaga, antes da minha, antes daquela que eu fui prover e ele me perguntou: “você quer ir agora ou depois?”. E eu disse: “não, eu sirvo o presidente”, e ele disse “você sabe que vai haver, esta vaga é a primeira, e a segunda, de modo que você escolha”. E eu disse a ele: “porque não nomeia o Célio Borja”, que era um dos outros que ele pretendia nomear, que já está aqui trabalhando no Palácio, já está trabalhando aqui dentro? E eu fico então para outra”. Então ele nomeou o Célio primeiro e depois na vaga daquele pernambucano, doutor Djaci Falcão, eu fui nomeado.

F.F. – De onde vem?

(...)

F.F. - Como o senhor conheceu o Sarney?

P.B. - No Senado. Nós fomos adversários. No primeiro discurso, deu um aparte longo, tudo mais². Depois quando veio o pacote de abril, que depois veio aquele, aquele, aquele... monturo, que foi um ato, a emenda não sei o que.

A.M. - Número 11.

P.B. – Eu fiz... eu fiquei *um mês* preparando um discurso, um mês. Houve uma viagem lá para o Caribe, eu fui, só que eu fiquei no hotel sempre trabalhando. E usei das expressões *mais duras* que sem quebra dos estilos parlamentares eu podia usar. Porque diante daquele *insulto* não é, à nação, eu tenho que ir ao extremo limite, não posso me exceder porque então aí a gente perde muito, mas assim, eu a vezes eu parava, assim, imaginava como se eu tivesse num aparelho de precisão e com uma pedra, verificar a pureza do diamante, virava com uma pinça, tal, para ver por baixo como era, eu imaginava, cheguei a esse ponto, de parar como se estivesse examinando com uma pinça e um microscópio. Aquele discurso foi o mais duro, que se quisesse cassar tinha todos os motivos para cassar *naquele momento* ou então nunca mais. Quando eu fiz o primeiro discurso no Senado, naquelas duas horas e meia, num certo momento eu disse que se eu precisasse exibir uma prova concreta, material, visível sobre o acerto de tudo que eu tinha dito, eu poderia resumir com a seguinte declaração: “como é sabido, especialmente para essa casa, eu fui eleito por oito anos. - Aí um silêncio. E olhei para um, para a mesa, olhei pra galeria, e depois... -, por oito anos eu fui eleito, como todos os senhores deputados que aqui estão. No entanto, meu mandato pode durar oito anos ou oito meses – ou oito semanas. - fiz um esmo, um espaço, uma interrupção -, ou oito dias ou oito horas, me entenderam? Agora, enquanto eu *estiver aqui, enquanto eu estiver aqui*, não hei de pedir licença a *ninguém, a ninguém*, sobre o que a minha consciência diz o que eu devo dizer. Entendido?” Como que diz: quer cassar, cassa agora. Não nasci senador. E quando me perguntam por que eu sobrevivi, realmente, cassaram fulano, beltrano, é porque realmente, se quisesse cassar estava cassado, naquela altura o efeito já seria muito ruim, nesse momento muito ruim, podia cassar logo na posse, ainda a guerra estava quente. Bom, eu atribuo a essa, essa... esse desgarré, é que preveniu. E depois houve *uma repercussão* dessas coisas que foram ditas. Tem um desembargador aqui do tribunal diz que o discurso mais duro que eu fiz, não é esse, é um outro que foi publicado o discurso com esse título, eu tirei do texto... “Carranca não é austeridade”.

² A parte sublinhada da transcrição não foi captada pelo vídeo.

Eu digo pelo o nosso presidente que era um bom carrancudo. Então: “*Carranca não é austeridade*”.

A.M. - O senhor já era senador quando fez esse discurso?

P.B. - Sim. Saiu impresso, tenho publicado como folheto. Periodicamente publicava-se os discursos. Quer dizer, agora, sempre, sempre, sempre evitei qualquer... Ah, então agora vai entrar o Sarney nesse momento. É que o orador que me respondeu era o líder do governo, que não tinha qualificação de ser senador, artigo primeiro. Que não tinha qualificação de ser líder do governo no Senado, líder de qualquer... e líder do governo. E fez um discurso... Na incapacidade da sua incompetência, na sua... na incapacidade intelectual de dar uma resposta, ele então veio para o insulto, mas um insulto... “canalha...”, isso no Senado... “*canalha...*”, então o que eu faço? Pedia pela ordem, ele repetindo... eu pedindo: “senhor presidente, *pela ordem*”. Pela ordem tem que interromper para dar a palavra, que o assunto não pode esperar. E ele: “pela ordem tem a palavra...” quem estava presidindo, não era o presidente, o presidente era o maranhense, o piauiense... [silêncio] me ajude, aquele que era governador num dia e noutro passou aquele telegrama...

F.F. – Não me lembro.

P.B. - Bom, mas ele não estava presidindo a sessão, quem estava presidindo era o senador lá do Rio de Janeiro olha aí... [pausa pensando], Benjamin?

A.M. - Nós podemos recuperar depois essa informação.

F.F. - Não há problema.

P.B. - Genro do Getúlio... Parece mentira... viu só. Bom, ele então me assegurou a palavra e ele continuou berrando e eu disse: “a casa, é testemunha do que se passou e do que está se passando. Eu não posso permanecer na casa ouvindo esta linguagem. De modo que o único recurso que me resta é me retirar e comigo toda a bancada, retirar, do plenário em sinal de protesto. O resto é dever da mesa”. Levantei e saí e todos os senadores que estavam saíram comigo, da oposição, nesse tempo, do PMDB. Quando eu fiz esse discurso, em verdade, eu fiz três discursos, ou melhor, três discursos não, eu fiz um só discurso em três sessões e em três semanas, porque eu quis dar, exatamente, como a chuva que a água cai, penetrasse na terra, e ao mesmo tempo ver a reação dos discursos a medida que iam tendo. Então, no segundo discurso, quando eu... quando o líder, aquele, foi afastado, e foi designado para fazer o discurso o Sarney. Então, o discurso, em primeiro lugar, educado, em segundo lugar, maneiroso, etc., elogioso, tal, enfim, e fez lá uma coisa... não disse nada de tudo que eu tinha dito, não disse

nada. Só veio com aquele negócio lento e gradual. Falou no monstro sagrado da oposição. Aí cabia responder, candente oração do monstro sagrado da oposição. Quando ele desceu, ele foi lá me dar um abraço, tal. De modo que nós tivemos assim relações muito boas, muito corteses, e ele e com essas diferenças assim. E depois eu tive um gesto com ele, que ele deve ter dado a valorização que eu dei. Quando ele não era o líder, mas quando ele foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, eu recebi o convite como todos os senadores receberam. Eu digo: “eu, líder da oposição, eu não posso faltar”. Se eu não fosse líder, eu podia faltar, sendo líder, não posso. Então fui ao Rio para ir. E para surpresa minha tinha um senador além de mim, que esse não vale porque era o Luiz Viana que era membro da Academia. Que não só era amigo fraternal do Sarney, como tinha obrigação, ele tinha obrigação de estar presente, ainda pessoal, era inaceitável a ausência dele. Então a única presença lá era a minha. Agora, por quê? É porque eu sou líder da oposição, eu no meu juízo essa eleição de um senador repercute sobre o Senado, reflete sobre o Senado e ao mesmo tempo engrandece um senador que eu não posso desconhecer. Eu tenho que ir, e lá estive. São essas pequenas coisas. Se fosse... se eu não fosse líder, iria se quisesse. Sendo líder, eu iria por dever. Nunca disse isso para ele, mas ele percebeu, é claro. Talvez, talvez reconditamente ele tenha dito: “poxa...”, e nós litigantes, entre nós. Acho que isso, que isso, afinal de contas as nossas divergências, havia certos pontos que eram intocáveis. E outra coisa, quando coisas que dizem respeito à instituição, não podem ser colocadas nesse termo rasteiro. Nunca, nunca, ele me disse uma palavra, nem nunca eu disse uma palavra sobre isso a ele. Mas ele viu naquele gesto... O líder do governo era o Passarinho, ele não tinha que estar lá? Ele não tinha que estar lá? Ele era o líder do recípro, não? Outra vez, numa circunstância dessas, eu fiz questão, eu era o líder, fiz questão de estar presente... Já respondi a sua como foi a escolha, já que as nossas relações realmente sempre foram boas, e as vezes foram um pouco duras, mas sempre...

F.F. - Então o senhor se tornou ministro do Supremo Tribunal?

P.B. - É, aí então, ele deve ter adiantado, porque ele tinha um amigo lá no tribunal, do Maranhão, que era o Madeira, boa pessoa, velho amigo do Sarney, de lá, e tanto que ele me disse, ele me disse uma vez que quando o nome do Madeira entrou numa lista, que ele, Sarney, foi ai Geisel pedir uma audiência ao Geisel. Era o Geisel, já, ou não? Acho que era o Geisel.

A.M. - Em que ano, o senhor se recorda?

P.B. - Não, não... fazia pouco tempo... era o Geisel, sim. Que ele foi e disse que o Maranhão nunca tinha nada... e eu digo: “já deu, já deu”. E mais de um, e mais de um. Bom, mas eu disse

que não tinha, nunca tinha dado... teria a ver que era um juiz com tais e tais predicados etc e tal, que em nome do Maranhão ele ia fazer um pedido assim. Embora esse fosse uma nomeação, uma escolha que não se pede, ele ia pedir em nome do Maranhão, não era em nome pessoal. E ele então a escolha do Madeira, que era amigo fraternal dele. Ele deve ter dito que ele pretendia fazer isso... de modo que alguns dos desemb... que alguns dos ministros já falavam como uma coisa certa. E de outro lado, o cargo de consultor geral e o de Ministro da Justiça, não vou dizer que tradicionalmente, mas habitualmente, também não vou dizer habitualmente, porque quando se preparava digamos, a situação, eram antigos consultores da República, Carlos Maximiliano, o Hahnemann Guimarães, Orozimbo Nonato e assim, e o então ministro da Justiça. O ministro da Justiça, Eptácio Pessoa, o Bernardes não, o Pires de Albuquerque, não, esse também, era juiz, o Afonso Pena, não, Pedro Lessa não foi, não foi ministro, Carlos Maximiliano depois, ministro, consultor, ministro da Justiça, ministro do Supremo, o Carlos Maximiliano. Orozimbo Nonato, Philadelpho de Azevedo, grandes nomes, e meu deus... o número de ministro da Justiça que terminou no Supremo... João Luiz Alves, autor do Código Civil anotado, de modo que não causava estranheza.

A.M. - Era uma espécie de trajetória recorrente, então, essa passagem anterior pelo Executivo para então...

P.B. - Primeiro o Legislativo, depois Executivo e depois Judiciário.

A.M. - Era como se fosse um instrumento de credencial para uma futura nomeação...

P.B. – Hein?

A.M. - Era uma espécie de credencial para uma futura nomeação ou de preparação mesmo para a vida no Judiciário?

P.B. - Olhe, eu vou lhe dizer uma coisa absolutamente certa. *Nunca, nunca, nunca*, nunca jamais pensei em ser ministro do Supremo. Vou dizer mais, nem juiz, porque recém estudante, quando me formei comecei a advogar, minhas relações com o governo eram corteses à distância. A única hipótese que seria pensável, seria do quinto, da magistratura... dos advogados e do representante do Ministério Público, que o tribunal escolhia aquela lista tríplice que era da escolha do governador. Aquela era a hipótese possível de ser incluído pelo tribunal e ser nomeado ou não, dependendo aí... Por exemplo, além desta, tinha colegas de turma e amigos que foram desembargadores pelo quinto, e pelo fato de eu ser político militante, eu nunca entrei na lista porque o tribunal... agora, no Supremo então, em hipótese nenhuma, se dissesse isso para uma pessoa, dizia, está demente.

F.F. - E quando o Sarney lhe cogitou isso? Pela primeira vez ele cogitou essa hipótese?

P.B. - Naquela vez que eu fui almoçar com ele no Jaburu, ele era vice-presidente.

F.F. - Então o senhor pensou o que?

P.B. - Não, aí ele já era presidente, ele continuava morando lá, não tinha passado, não tinha se instalado, mas ele já era presidente.

F.F. - E qual foi a sua reação quando ele disse que o fim dessa trajetória seria o Supremo Tribunal?

P.B. - Eu disse para ele: “mas o que é isso, tchê!”. Ele riu. E me disse mais uma coisa, ele me disse mais uma coisa, que as escolhas que ele fazia, depois de muita meditação, que ele achava que a maior responsabilidade que ele tinha era de nomear um ministro do Supremo.

F.F. - O senhor então acabou aceitando?

P.B. - Não eu nunca mais eu falei. Ele disse isso e não... Depois ele só me falou uma vez quando me disse, me perguntava: “como é, você quer ser nesta vaga ou na próxima?” [silêncio], Eu intimamente vinha pensando.

F.F. - E?

P.B. - E quando fui nomeado, eu estava na fase final do magistério, se eu tivesse o magistério, com aquela possibilidade de mais de cinco anos no caso do requerimento, da manifestação do desejo de continuar e da concordância do tribunal. É tal a coisa, a coisa vai amadurecendo, vai maturando, foi ficando uma coisa natural. Agora, nunca, nunca imaginei, Supremo então... Até porque eu era militante de um partido pequeno que nessas, não tinha peso para isso. Embora isso não devesse ser um, vamos dizer, um requisito ou um título, tal, o fato é que... Por exemplo, quando houve aquele momento do número, quando foi o Ato 2, foram criados os cargos de cinco juízes, e foram nomeados: Prado Kelly, não podia ser melhor, mas foi líder, foi presidente da UDN e foi deputado praticamente toda a vida, desde... foi constituinte em 33, muito moço, mas foi constituinte e depois em 46; Aliomar Baleeiro, o lá da Paraíba, o Marcondes, não é Marcondes não...

A.M. - O Medeiros foi nessa? O Carlos Medeiros foi nessa...?

P.B. - O Carlos Medeiros foi o último da lista, Carlos Medeiros que tinha... que era procurador geral, foi procurador geral, acho que consultor não foi, foi procurador geral da república.

A.M. - Também a mesma trajetória?

P.B. - Também, também, também. Depois aquele baiano, como era o nome dele? Esse eu nunca me lembro o nome dele, um baiano, dois baianos, porque foi o Baleeiro, e esse o Prado Kelly,

Oswaldo Trigueiro – eu disse “Oswaldo” saiu o resto [riso], o Oswaldo Trigueiro, grande figura, grande figura! Quer dizer, todos eles, com exceção desse que era desembargador na Bahia, e que segundo, ouvi dizer, foi influência do Juraci por razões até familiares etc e tal, que postulou a... O Prado Kelly era fluminense, o Baleeiro baiano, o desembargador baiano, o outro era da Paraíba, o Oswaldo Trigueiro...

A.M. - E o Medeiros?

P.B. - Que era mineiro. Então todos eles... de modo que dentro, politicamente partidária, não... E eu não era nenhuma notabilidade, quer dizer, as pessoas que gostam exageram etc. e tal, mas eu nunca pensei nisso aí.

F.F. - Como foi voltar ao Senado para a sabatina?

P.B. - Eu inaugurei a sabatina.

F.F. - Como foi a inauguração?

P.B. - Tranquila, pacífica. O presidente da comissão era o Mauro Benevides, o Mauro Benevides, o Mauro Benevides ainda anteontem me telefonou, cearense, foi meu colega oito anos, foi meu liderado, é uma beleza, uma joia, um doce de pessoa, e os outros... foi um interrogatório pró forma. Eu até que falei um pouco mais sobre o Supremo. [Interrupção]. Não houve nenhuma... Houve vários votos contrários, o que sempre todo exame... acho que agora, na comissão, não sempre, na comissão é comum que seja unanime. Na comissão eu tive voto unanime, no plenário, não. Creio que foram seis ou sete votos contrários. E aí entra um dado que é curioso pelo menos. Eu tinha deixado o Senado, fazia pouco tempo, os funcionários eu conhecia todos, aquele pessoal que trabalha na mesa, continua ali, muda a mesa, eles continuam, e um deles estava ali, e um senador pela Bahia, disse, no dia da votação em plenário, disse assim para um que estava ao lado dele: “não vou votar no Brossard, não me pediu o voto, sinal que não precisa do meu voto”. Uma funcionária ouviu e disse para um funcionário do Senado, que tinha sido lá do meu gabinete, Dr. Adolfo, meu amigo, que me disse, me contou o negócio, não, não, não... Depois da aprovação, eu fui ao presidente, protocolar, agradecer etc. e tal, e fui ao Senado, coisa que acho nunca ninguém tinha feito e acho que depois não fez, mas fui ao Senado que aprovou o meu nome e que permitiu, por conseguinte, que o presidente fizesse a nomeação, se não tivesse aprovado ele não poderia nomear. Fui ao... para fazer uma visita ao Nelson Carneiro, presidente do Senado, meu colega de oito anos, e fora os quatro de Câmara, que nós tínhamos sido deputados, colegas também lá naquele tempo, e disse: “olha, Nelson, vim aqui agradecer, colegas, naquele tempo, e disse: “Olha Nelson, eu vim aqui

agradecer, não é hábito, não é costume, Poder Executivo é sempre mais importante do que o Senado, né? Assim que eu vim aqui... tanto fui ao presidente que nomeou como estou vindo aqui ao Senado fazendo a visita ao presidente do Senado para dizer que estou agradecendo o voto que recebi do Senado. Mas por falar nisso, eu precisava falar, Nelson, com o senador fulano de tal, será que ele está na casa, pode me fazer o favor..." aí telefone... "está no gabinete". "Podes pedir a ele que me receba? Que eu queria dizer a ele... É só um assunto pessoal etc, queria me despedir dele", e fui lá. Fui lá e disse o seguinte: "senador fulano, eu soube que o senhor disse lá na mesa que eu não tinha lhe pedido voto e que achava que isso era sinal que não precisava. Eu imaginei que o senhor pudesse imaginar que fosse uma recessão de caráter pessoal a sua pessoa, aos seus méritos, seus talentos etc., e eu não queria deixar... tomar posse, o senhor levando essa impressão minha, assim, uma mesquinha e tal, eventual, nesse sentido, de modo que eu queria lhe dizer, que receba como rigorosa expressão da verdade, que eu nunca, nunca pedi, nos oito anos, diga de passagem, nunca *ninguém me pediu*, eu não pedi, ninguém me pediu voto. *Eu não pedi a ninguém*, e vou lhe dizer uma coisa, nos oito anos que passei aqui, votei em muita gente e *nunca* alguém me pediu voto. De modo que eu queria dizer, o senhor pode ir tranquilo, isso não importa na mais absoluta, a mais remota reserva, não é, da sua pessoa, tal, não teria o direito, não poderia fazer isso, tal, obrigado, muito obrigado por ter me recebido, obrigado". Veja só, e aí. [riso]

F.F. - Ministro, posso, no período que o senhor passou no Supremo, qual o senhor diria que é o momento que mais lhe marcou como ministro do Supremo?

P.B. - Eu acho que foi a primeira sessão.

F.F. - Como é que foi?

P.B. - Quando tive que votar, porque até então era um... E vou lhe dizer uma coisa, que o senhor não me perguntou e vou lhe dizer agora, no dia que eu, no dia 23 de outubro de 1994, foi um alívio para mim, porque eu sempre admiti que pudesse haver uma coisa tal, um erro grave, enfim, alguma coisa. No dia que eu tirei a toga, ahhh [expira fundo], agora eu vou lhe dizer também uma coisa..., e para a senhora que está com frio, não parece que é de Uruguaiana, tem família em Uruguaiana? Vai lá, então? No verão é quente, hem, ô lugarzinho quente. É o vale do Rio Uruguai, toda volta... Dizem lá em Uruguaiana que a gente deixou um ovo na rua, especialmente naquelas ruas que tem macadâmia, e que o ovo é cozido. Eu acho que é, acho que é, hein, porque é brabo. Bueno, e o maior frio, um grande frio em Bagé, peguei dois, é aquele, fomos fazer um comício... ah, e outra coisa, me senti mal, geralmente, no começo do

discurso, o Hélio Carvalho que era muito meu amigo, Hélio Cavalcanti Carvalho, me tirou de lá. A primeira coisa que fiz quando cheguei na casa dele, porque eu estava hospedado lá, foi tomar um conhaque e tal. Bom, mas por que... me guardou um fato. É que eu votei como relator, e como relator eu dava provimento a um recurso, não, ao contrário, eu negava provimento para confirmar a sentença, negócio de anistia etc e tal, até onde iam os efeitos da anistia, e por unanimidade o tribunal me acompanhou. Mas eu fiquei com aquele negócio na cabeça. O Maximiliano conta, numa conferência que ele fez, depois de ser juiz, ele disse que ele preparava os votos dele, o com relatório, o voto, a decisão, e depois deixava descansar. Ele dizia que o Spencer dizia que era a digestão intelectual, e depois quando se aproximava a sessão, que ele costumava ler aquilo que estava escrito e muitas vezes rasgou... ah, não, ele não... isso quando eu tinha alguma dúvida, algum problema, que ele escrevia um outro, sem ler o primeiro, e depois, geralmente ficava no segundo voto. Então essa coisa. Eu sempre saí... naquele tempo o número de feitos era enorme, só que era a décima, centésima, milionésima vez ou quantia do que é hoje, que é uma coisa, é o aspecto desagradável, você sabe que não vai dar vencimento. Tanto assim que quando alguém me pedia preferência, eu atendia imediatamente. Havia caso que o processo não estava comigo, estava com o Ministério Público, com a Procuradoria Geral da República, e eu cheguei até a telefonar para o procurador, pedindo que ele me desse a preferência porque tinha recebido um pedido. E todos os pedidos que eu recebi, dentro de 30 a 60 dias estava julgado. Uma vez eu disse isso para o Moreira Alves, que foi um grande ministro, sob todos os pontos de vista, e ele disse: “não, não, ordem de entrada, tal...”, eu disse: “Moreira Alves, vou te fazer uma pergunta, não vou falar nas tuas qualificações que são notórias, são públicas, todo mundo sabe, culturais, capacidade de trabalho, dedicação, todo mundo sabe disso. Pois bem, tu *com todos os teus méritos, com todos os teus méritos*, com a tua experiência, tu conheces a jurisprudência, é o mais velho, o mais antigo do tribunal, Bom, eu vou te fazer uma pergunta: “tu não vais pedir aposentadoria antes da tua aposentadoria compulsória, suponho eu, então vamos admitir que tu chegues aos 70 anos como juiz, querendo ou não querendo, você vai ser exonerado ou aposentado naquele dia. Eu te faço só uma pergunta, tu vais deixar o teu gabinete limpo de processos, as gavetas limpas, os armários limpos ou tu vais deixar a despeito *de todo teu valor, de todo teu valor*, em todos os sentidos intelectual, moral, da dedicação ao ofício, tu vais deixar isso limpo?”, vai deixar milhares, mais de mil processos seguramente. Depois ele me disse: “mudei de opinião”. Porque eu disse a ele mais: “se uma pessoa, eu não sei quem é, ele me pede, quer julgamento, ele não me pede que ele julgue assim

ou assado, e se me pedisse estava perdido. Mas eu não peço isso, mas se alguém vem e me pede, em primeiro lugar ele é um jurisdicionado, são não sei quantos milhões de brasileiros, um deles está aqui, está dependendo de uma decisão do Supremo Tribunal. Pode ser essa decisão da maior importância, importância vital para ele, pode ser uma reparação. De qualquer forma ele pede, se ele pede, é que ele tem interesse. O interesse dele é legítimo, como de qualquer outro que tem um processo. Agora, porque eu não vou atender? Já que eu não posso fazer aquilo que em tese seria o meu dever, era julgar todos, nem tu com teus talentos e merecimentos é capaz disso”. Então eu mexia com ele, “olha, se tu trouxesse aqui como assessores o Savigny e o Von Ihering, os dois romanistas maiores do séc. XIX, e que são nomes aí na literatura jurídica, nem assim com assessores desse tipo, tu eras capaz de limpar esse gabinete? Porque ninguém é capaz disso. Porque eu não vou fazer? Pelo menos eu satisfaço uma, duas, cinco, dez pessoas”. Fiz isso com todas as pessoas...

F.F. - Como era seu gabinete? O senhor não tinha nem o Ihering nem o Savigny, mas o senhor tinha alguns assessores?

P.B. - Tinha o meu secretário, lá, não tinha assessores assim de escolha, não tinha.

F.F. - O gabinete era só o senhor e um secretário?

P.B. - Dois dos funcionários do gabinete me ajudavam na seleção: isso é habeas corpus, isso é tal, isso é recurso, é recurso do recorrente, ou melhor, quem ganhou foi o recorrente ou o recorrido, bota separado, e assim. Têm precedentes, não têm precedentes, bota junto. Eu me lembro, julguei um caso de imposto sobre café cru, parece que era isso, preparei um voto... Depois, “tem bastante aí.”, “tem mais? Então junte todos, por favor”, porque aí é fácil de julgar, não é. Mas ainda a gente tem que passar os olhos, pelo menos. Por quê? Porque se é mandado de segurança é uma coisa, por exemplo, não tem honorários, se for ação ordinária, têm honorários, pode ter em favor de um ou de outro, ou então, foi negado honorários, pode até pedir honorários, quer dizer, tem tudo isso aí. Então é preciso, um tempinho a gente perde em cada um desses processos. Agora, quando há repetição, então, é o caso tal, há precedente. Por falar nisso, a súmula vinculante, é engraçado que nós inventamos... Um sujeito escreve uma coisa, pode ser uma besteira, mas passa a ser repetido aquilo. Há muita gente que é contra, tal, que imobiliza o direito, imobiliza. O Banco do Brasil é uma sociedade de direito público ou de direito privado? Havia 1500 decisões num sentido e 1500 decisões no outro. *Nunca, nunca, nunca* houve pacificação. Agora, eu pergunto, depois da décima, da vigésima, alguém ganha com isso? A justiça não ganha, os votos já estão dados, são imutáveis, a menos que a mude a

composição do tribunal ou algum mude de voto. Bom, a justiça não ganha, a ciência não ganha, o direito não ganha, as partes não ganham. Quem é que ganha isso? Agora, a súmula, a súmula, só. Não quero ser infiel em nenhuma palavra. O número 103 [longa pausa para procurar o artigo na Constituição Federal], veja só as condições que... foi, aprovaram uma emenda e foi introduzido um artigo, entre o 103 e 104, então tem 103 A: “O STF poderá de ofício ou por provocação, mediante decisão de 2/3 de seus membros, *após reiteradas decisões*” - reiteradas não diz quanto é, mas não há de ser meia dúzia – “após reiteradas decisões *sobre matéria constitucional*” - não é qualquer uma -, “aprovar súmula que a partir da sua publicação na imprensa oficial terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder a sua revisão ou cancelamento na forma estabelecida em lei”. As exigências são essas para o Supremo Tribunal editar um assunto. Pois bem, a súmula, tal... E *garanto* que essas pessoas não leram esse artigo, garanto. Mas o que vai se fazer? Suplente, ah o suplente, tal... Agora a moda é botar um suplente rico que é para sustentar a campanha, tudo mais etc., tal, suplente senador assume aí no lugar do senador, está bom. Não tem suplente, então morre alguém, adoece, no meu tempo alguns senadores morreram, os suplentes assumiram. Não tem suplente, tem que fazer uma eleição? Uma eleição estadual para escolher um suplente que já está com dois anos e meio já de resto de mandato ou o estado vai ficar com a representação desigual? O suplente foi feito para isto. Aconteceu, acontece de um desvio de poder, sempre acontece. Aqui nesse livro tem uma frase que eu acho muito boa, é do Pomeroy, após do impeachment e do não haver recurso para o Poder Judiciário. Se pode haver abuso? Ele: “pode”. Mas não é só do Senado, não, há de tudo, inclusive de certos tribunais. Há, afinal de contas o homem é isso aí. Agora, esse autor diz assim, a frase é esta: “o fato de haver a possibilidade de um desvio, de um vício, não chega a ser um argumento a existência do instituto”. Pode ser mal empregado? Pode. Agora, porque existe um, existe dois... não é o argumento contra... no caso concreto a aplicação, tal. Como um parlamentar, ou um juiz que seja corrupto. Ultimamente tem havido aí umas coisas extremamente chocantes, não é, extremamente chocantes. É tal coisa... agora, o que tem que fazer é levar a coisa sem espalhafato por causa dos efeitos, depois chega a conclusão que são as más línguas etc, e que até uma pessoa que tem vida modesta, tal, e não tem nenhum sinal que transcende aos limites... muito bem, e aí? Saiu no jornal... esse não é aquele... Então é preciso fazer com certo recato, mas depois do julgamento não pode ser, julgamento, se tem não pode ser... Juiz não pode ser

suspeito. Pode ser suspeito em outro sentido, por parentesco, por amizade, por inimizade, aquelas coisas que estão na lei, mas não pode ser suspeito de corrupção, não pode. Não dá, ou é ou não é.

F.F. - Ministro, como o senhor vê o Supremo de hoje?

P.B. - Não vejo. O senhor se lembra do Alkmin? Vocês não lembram. O Alkmin foi deputado, senador não foi, foi ministro da Fazenda, foi secretário das finanças em Minas Gerais, era um sujeito muito inteligente e muito atacado. Vou contar duas histórias do Alkmin. Que na votação do Castelo e do Alkmin para vice-presidente, pelo Congresso, foi em outubro, primeiro, 31 de outubro, aquela coisa toda, lei de ocasião, tudo isso é verdade e é verdade. O PM... não, era o PTB... Os partidos ou votaram contra, alguns votaram contra, ou se abstiveram. E a maioria votou a favor, isso com relação ao Castelo. Com relação ao Alkmin, o Baleeiro, que não tinha sido nomeado ministro ainda, e que tinha criticado muito duramente o Alkmin, duramente, e acusações sérias. E o líder da UDN procurou o Baleeiro para fazer um apelo a ele, que não votasse contra, que não *falasse contra*, que não falasse. E o Baleeiro disse assim: “olha, o pedido de um líder é uma ordem, ainda mais para um líder amigo, você me pede que eu não fale contra o Alkmin, eu atendo seu convite, atendo o seu pedido, pra mim...”. Não falou e pediu que não falasse. Na hora: Aliomar Baleeiro como vota? Alkmin! Não, não, não foi Alkmin não! Tinha um nome de um contrabandista, cujo nome eu não me lembro, vamos dizer, José Maria, José Maria Alkmin, e foi aquele... um *choque* na Câmara, mas *um choque*. E a mesa foi “como votam os deputados Aliomar Baleeiro? Antonio, Antonio”. Aí botou o nome do contrabandista, que era acusado de ser conivente com ele. Antonio das tantas... “Antonio, Fulano, um voto”. E foi aquela coisa, aquela coisa, *terrível*. Era preferível que ele tivesse falado, terrível. Ele me pediu que não votasse, que não falasse, eu não falei. E o líder disse: “oh, Baleeiro, você atendeu o meu pedido com toda a integridade que lhe é própria, eu pedi foi isso, você cumpriu o meu pedido. Agora, só você mesmo para fazer uma coisa dessa”. Ainda do Alkmin para ver a presença de espírito e a malandragem, era orgânica. Ele foi eleito vice-presidente com um voto, contra um voto. E o Juscelino é cassado do mandato, senador é cassado. O Alkmin tinha sido³ líder da maioria no tempo do Juscelino, tinha sido ministro da Fazenda, no tempo do Juscelino; ele ia saindo do Congresso, e sempre tem um jornalista chato, não é, pegou o Alkmin, ele estava entrando no carro: “ministro Alkmin, - ele atencioso -, como

³ A parte sublinhada da transcrição não foi captada pelo vídeo.

recebeu a cassação do JK?”. Resposta: “pelo rádio”. Abriu a porta, se meteu no automóvel e foi embora. Como recebeu a notícia? Pelo rádio. Notícia, resposta assim na hora... Mas eu falei sobre meu voto, aquele que eu tinha mudado meu voto, mas eu cheguei ao desfecho ou não?

F.F. - Não. O Alkmin foi quando eu perguntei o que o senhor acha do Supremo de hoje.

P.B. – Não, não, eu sei, essa eu ouvi *perfeitamente*, só que eu não sei. [risos].

A.M.- Ministro como foi...

P.B – Mas o que eu tenho dúvida é se eu contei... Eu falei daquela história, de um... mas não foi e essa eu queria falar, porque houve um caso... Eu disse que eu tinha relatado um caso que tinha sido aprovado, foi decisão unânime, decisão unânime, o meu voto foi acompanhado, e depois ruminando, naquela digestão intelectual que falava o Spencer, eu fui começando a entrar em dúvida, e comecei continuando, pensando, pensando, e eu achei que estava errado, que não podia chegar até tal ponto, tinha parado num nível anterior. Havia uma progressão, mas não chegava por exemplo, general. General é da escolha privativa do presidente da República, essa é fora de dúvida. Mas coronel não é exclusiva, as promoções por exemplo, são do ministro da Guerra, do ministro da pasta, mas há determinadas exigências legais que devem ser atendidas para passar de major... até capitão não há problema. Eu fiquei e fiquei... eu digo, eu vou mudar, mas tem uma condição para mim mesmo. Porque também era comum, chega um... invoca um acórdão do Paulo Brossard e o Paulo Brossard... As questões não são iguais, há particularidades aqui, não são iguais. Eu digo: “em primeiro lugar, faz umas poucas semanas eu fui relator de um projeto tal, de número tal, e a decisão foi unanime. Eu fui o relator reformando, ou confirmando a sentença ou reformando a sentença até o posto de coronel... Mas os casos são rigorosamente iguais. O caso que foi relatado por mim é *rigorosamente igual a este que eu devo relatar na sessão de hoje*. De modo que quero acentuar, não há particularidades que permitem... não, não há não, os casos são iguais mesmo. Mas eu mudei de opinião nesse meio tempo, fiquei maquinando e eu mudei de opinião. De modo que eu quero acentuar, que eu estou mudando o voto, porque acho que é meu dever, e pela razão que não quero manter uma opinião que hoje me parece errada, para não parecer, *para não parecer*, para... em nome de uma falsa homogeneidade – uma outra palavra ou em nome de uma falsa coerência, - foi o que eu disse - , primeiro lugar, de repetir o erro para não parecer volúvel etc., tal, e a outra não sei, relatar, para não repetir o erro, tal. Eu não quero repetir o erro porque poderia parecer uma coerência, mas não, no caso concreto não seria coerência, seria uma infidelidade que eu não posso praticar aqui. Estou confessando lisamente, perante o tribunal, dizendo que errei e reconheço, e porque

reconheço meu erro é que estou corrigindo o erro, sujeito as censuras das partes. Este voto está na revista trimestral publicado.

F.F. - Ministro, eu gostaria de agradecer imensamente a entrevista que o senhor nos está concedendo, sem dúvida é um depoimento que vai engrandecer o nosso acervo, nosso banco de dados, sobre a memória recente do Supremo Tribunal...

P.B. - Dê uma polida para melhor. [riso]

F.F. - Com certeza existem outros assuntos, outras questões, que nós temos essa questão ligada ao horário, daqui a pouquinho temos que estar na casa do ministro Neri.

P.B. - É claro, e vão sem almoço?

F.F. - Mas, ossos do ofício, vamos fazer uma janta reforçada assim como fizemos o café da manhã.

P.B. - Eu não tomei café.

F.F. - Ministro, então está na hora do almoço.

P.B. - Não, não. Ontem, por exemplo, eu viajei, e praticamente não almocei também, e fiz uma refeição muito frugal. Mas eu aguento muito bem. Já faz algum tempo, já vou Lúcia, as visitas também já vão, eu não tomo café com leite, eu tomo leite com mel e com aveia, flocos de aveia, e gostei daquilo, assim que é a minha refeição aquela. Mas a minha empregada está de férias, e a outra não ganhou tempo... porque a aveia tem que esperar algum tempo para inchar, tudo mais, para dissolver o mel também custa, então quando eu vi aquilo, melhor não, não tem tempo. Então não estou sentindo nada, nada, nada. Chegaria na hora do jantar também, na hora do jantar, janto bem. Mas olha, eu gostei muito de vocês aqui. O senhor é do Rio?

F.F. - Sim.

P.B. - A senhora é do nosso Maranhão. E a senhora é minha conterrânea e ainda da fronteira. São duas cidades interessantes, muito embora não tenha uma causa comum. Uruguaiana é uma cidade metrificada, foi riscada pelo Domingos José de Almeida, que era um mineiro, que foi o ministro da Fazenda naquela fase da República Rio Grandense e que desenhou... lá não foi tomado... lá não era nem vila, era um povoadinho lá, quando os paraguaios tomaram conta lá e dominaram a região. E o Domingos José de Almeida estava, em outra ocasião, em retirada, estava em São Gabriel, mas os legalistas estavam chegando perto e tudo embora. Ele escreveu uma carta para um cidadão que era o meu bisavô, não, meu trisavô, que morava, não era bajeense, mas morava em Bagé, escrevendo pedindo a ele que cuidasse da sua família, qualquer dessa cidade etc., e tal, que ele honraria. O Domingos José de Almeida recorreu a isso. De

modo que são coisas que eu guardei agora... essa ligação velha. Agora, Bagé é também assim, com exceção da parte velha, entre a igreja e o cemitério, entre a igreja São Sebastião, e o cemitério, porque aquela parte são ruas estreitas, o resto são ruas largas, sabe. Mas, a despeito, não sou chato, não sou baírrista não. Há coisas que Bagé não sabe fazer. Uma coisa interessante, é que a influência de Bagé, a influência do Alegrete, que é uma cidade como, igual, a Uruguaiana etnicamente, economicamente...⁴

[FINAL DO DEPOIMENTO]

⁴ A parte sublinhada da transcrição não foi captada pelo vídeo.